



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Unidade de Gestão
de Projetos Especiais**

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

Projecto de Melhoria da Conectividade e Infraestruturas Urbanas (P178644)

Draft (Rev. 3)

Setembro de 2023

Acrónimos e Abreviaturas

Acrónimo/sigla	Descrição
AIAS	Avaliação do Impacto Ambiental e Social
A&S	Ambiental e Social
AS	Assédio Sexual
ASS	Ambiente, Saúde e Segurança
AT	Assistência Técnica
BPII	Boas Práticas da Indústria Internacional
CCGR	Comité Central de Gestão de Reclamações
CERC	Componente de Resposta a Emergências de Contingência
CLGR	Comité Local de Gestão de Reclamações
COVID-19	Doença de Coronavírus 2019
CV	Cabo Verde
DNA	Direção Nacional do Ambiente
EAS	Exploração e Abuso Sexual
ECV	Estradas de Cabo Verde
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases com efeito de estufa
GovCV	Governo de Cabo Verde
ICIEG	Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade do Género
ICV	Infraestruturas de Cabo Verde
IDA	International Development Association
IPC	Instituto do Património Cultural
M&E	Monitoring and Evaluation
MF	Ministério das Finanças
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NAS	Normas Ambientais e Sociais
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
PAD	Project Appraisal Document
PAR	Plano de Ação de Realojamento
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PDO	Objectivo de Desenvolvimento do Projecto

PEDS	Plano Estratégico Desenvolvimento Sustentável
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PF	Ponto Focal
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Project Preparation Advance
PRRA	Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidade
QAS	Quadro Ambiental e Social
QPR	Quadro de Políticas de Reassentamento
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SDG	Sustainable Development Goal
SGR	Serviço de Gestão de Reclamações
UGPE	Unidade de Gestão de Projetos Especiais
VBG	Violência Baseada no Género



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. CONTEXTO.....	1
1.2. PLANO DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS	1
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO	2
2.1. OBJECTIVO E COMPONENTES DO PROJECTO	2
2.2. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL.....	3
2.3. RESUMO DOS RISCOS E IMPACTES ESPERADOS	6
3. BREVE RESUMO DAS ATIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	7
4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	10
4.1. METODOLOGIA	11
4.2. BENEFICIÁRIOS DO PROJETO.....	12
4.3. PARCEIROS DO PROJETO.....	12
4.4. PARTES AFETADAS	13
4.5. OUTRAS PARTES INTERESSADAS	14
4.6. INDIVÍDUOS OU GRUPOS DESFAVORECIDOS / VULNERÁVEIS	15
4.7. RESUMO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJETO.....	16
5. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	22
5.1. FINALIDADE E CALENDÁRIO DO PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....	22
5.2. MENSAGENS-CHAVE	24
5.3. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	25
5.4. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS	31
5.5. INDICADORES DE PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI.....	31
5.6. CRONOGRAMAS	32
5.7. FASES SEGUINTE DO PROJETO	32
6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	32
6.1. RECURSOS	32
6.2. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO	32
6.3. ESTIMATIVA DE CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI.....	34
7. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES	34
7.1. DESCRIÇÃO DO MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES	35
7.2. TIPO / CATEGORIA DE RECLAMAÇÕES.....	37
7.3. PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A COMUNICAÇÃO E REGISTO DE QUEIXAS	37
7.4. PROCEDIMENTOS PARA A COMUNICAÇÃO E REGISTO DE QUEIXAS DE VBG/EAS/AS E VCC	39
7.5. FICHA DE RESUMO DAS RECLAMAÇÕES	40
7.6. RELATÓRIO DE TRATAMENTO DAS RECLAMAÇÕES.....	40
7.7. INFORMAÇÃO AO PÚBLICO SOBRE O MGR.....	40
7.8. RECURSO À JUSTIÇA.....	40
8. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS	40
8.1. PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS NAS ATIVIDADES DE MONITORIZAÇÃO	41
8.2. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS AOS GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS	41
9. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO	41

Tabelas

Tabela 1 – Potenciais investimentos pioneiros (first movers)	3
Tabela 2. Lista de instituições contactadas.....	7
Tabela 3. Lista de pessoas contactadas (desagregação por género)	9
Tabela 4 – Representantes comunitários já identificados.....	10
Tabela 5. Quadro das partes beneficiadas e afetadas pelo projeto	13
Tabela 6. Outras partes interessadas	15
Tabela 7. Pessoas vulneráveis	15
Tabela 8. Necessidades das partes interessadas	16
Tabela 9. Programa geral de envolvimento das partes interessadas	22
Tabela 10. Técnicas de envolvimento das partes interessadas	25
Tabela 11. Atividades de Envolvimento das Partes Interessadas propostas para cada fase do Projecto	28
Tabela 12. Indicadores de progresso na implementação do PEPI	31
Tabela 13. Estimativa orçamental para a implementação do PEPI	Erro! Marcador não definido.
Tabela 14. Prazos de execução das etapas de tratamento das reclamações	36

Figuras

Figura 1 – Subprojectos pioneiros na ilha de Santiago.....	4
Figura 2 – Subprojectos pioneiros na ilha do Fogo.....	4
Figura 3 – Subprojectos pioneiros na ilha de São Vicente	5
Figura 4 – Subprojectos pioneiros na ilha de São Nicolau	5
Figura 5 - Circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR	38
Figura 6 - Circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR.....	39

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto

O Governo de Cabo Verde (GoCV), com o apoio do Grupo Banco Mundial, está a preparar o Projecto de Melhoria da Conectividade e Infraestruturas Urbanas (P178644), adiante denominado simplifadamente como o “Projeto”.

O Projeto foi concebido como uma primeira fase de um programa de compromisso entre o Banco Mundial e o Governo de Cabo Verde, para o ajudar a melhorar o acesso a transportes resistentes ao clima e a infraestruturas e serviços urbanos nas áreas urbanas e nas comunidades rurais circundantes.

Nesta fase, a classificação do risco ambiental do Projeto é considerada substancial, e a classificação do risco social é moderada, conforme explicado no Resumo da Revisão Ambiental e Social do Conceito (C-ESRS).

1.2. Plano de envolvimento de partes interessadas

O presente documento corresponde ao Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) do Projecto. O PEPI visa enquadrar a abordagem sistemática para o envolvimento das partes interessadas no Projeto e obedece aos requisitos descritos na Norma Ambiental e Social (NAS) 10 do Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial, designadamente ao promover o envolvimento das partes interessadas ao longo do ciclo de vida do Projeto e desde tão cedo quanto possível, contribuindo para a concepção do Projeto (e dos seus subprojectos) e para a sua implementação.

Pretende-se, assim, que o envolvimento eficaz das partes interessadas, em moldes proporcionais à natureza e à escala do Projeto e aos seus potenciais riscos e impactes, permita melhorar a sustentabilidade ambiental e social do Projeto, aumentar a sua aceitação e contribuir significativamente para o sucesso da sua concepção e implementação.

Mais especificamente, os objectivos do PEPI são os seguintes:

- Socializar o projeto com as potenciais comunidades a serem afetadas;
- Divulgação de informação sobre o projeto;
- Destacar os contributos e conselhos de uma série de intervenientes, e ajustar a concepção do projeto em resposta ao feedback recebido;
- Promover a confiança e a verdade;
- Assegurar a adesão local à concepção do projeto proposto;
- Proporcionar vias para a resolução de conflitos por consenso; e
- Gerar, e responder a, feedbacks.

Paralelamente do PEPI são elaborados para este projeto os seguintes instrumentos ambientais e sociais:

- a) Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), o instrumento que analisa os riscos e impactes do Projecto quando este representa um programa e/ou uma série de subprojectos, e os riscos e impactes não podem ser determinados sem que todos os programas ou subprojectos sejam identificados.

- b) Procedimentos de Gestão Laboral (PGL) - identifica os principais requisitos em termos de mão de obra e os riscos associados ao Projeto e define os recursos necessários para abordar as questões laborais do Projeto;
- c) Quadro de Política de Reassentamento (QPR) - define os princípios e procedimentos a adoptar no caso de perdas físicas e/ou económicas de bens
- d) Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) – documento de carácter legal que define os compromissos assumidos pelo GoCV em matérias ambientais e sociais na implementação do Projeto.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1. Objectivo e componentes do projecto

O Projeto foi concebido como a primeira fase de um programa de compromisso entre o Banco Mundial e o Governo de Cabo Verde, para o ajudar a melhorar o acesso a transportes climaticamente resilientes e a infraestruturas e serviços urbanos nas áreas urbanas e nas comunidades rurais circundantes.

O principal objetivo do Projeto é promover o crescimento económico inclusivo, melhorar a qualidade de vida e fortalecer a sustentabilidade e a resiliência.

O Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidade (PRRA) 2017-2021 foi o primeiro programa concebido com este espírito e encontra-se atualmente no final da execução, na sequência de atrasos ocorridos durante a pandemia de COVID. À medida que o PRRA chega ao final do seu ciclo, o Governo está a trabalhar num Plano Nacional de Infraestruturas para 2030 (Plano 2030), que visa identificar um novo conjunto de investimentos prioritários em infraestruturas em vários sectores - incluindo urbano e transportes - para apoiar o desenvolvimento resiliente do país.

O Plano 2030 está a ser elaborado através de uma avaliação das lacunas existentes em termos de infraestruturas e serviços, combinada com consultas às comunidades vulneráveis. Prevê-se que a primeira recolha nacional dessas necessidades de infraestruturas esteja concluída até julho de 2023. Os investimentos do projeto serão seleccionados através de uma priorização de uma longa lista de investimentos que integrará subprojectos “maduros” do PRRA que não chegaram a ser implementados em resultado da pandemia e novos investimentos que o Plano 2030 irá identificar, assim como investimentos no sector de estradas.

O Projecto está estruturado em 5 componentes:

- a) Componente 1: Infra-estruturas urbanas e comunitárias resilientes, incluindo (i) requalificação urbana resistente ao clima em centros urbanos e bairros precários. Os investimentos no âmbito desta categoria centrar-se-ão na requalificação e na ecologização dos espaços públicos através da melhoria das infra-estruturas físicas em centros urbanos e bairros precários seleccionados; e (ii) reabilitação de centros históricos, requalificação de zonas ribeirinhas e intervenções em infra-estruturas urbanas com potencial turístico. Os investimentos nesta categoria apoiarão a revitalização dos centros históricos das cidades e das zonas ribeirinhas;
- b) Componente 2: Melhoria da conectividade e da resiliência dos transportes. Esta componente financiará a reabilitação ou modernização de estradas interurbanas e rurais, com o objetivo de garantir o acesso em todas as estações do ano e reduzir os custos de transporte para comunidades seleccionadas em Cabo Verde;
- c) Componente 3: Assistência técnica. Esta componente incluirá o reforço das capacidades e actividades de assistência técnica para uma gestão urbana, de conectividade e de transportes melhorada e resistente às alterações climáticas;
- d) Componente 4: Esta componente prestará apoio à gestão e implementação do Projeto;

- e) Componente 5: Componente de resposta contingente de emergência (CERC). Esta componente permitirá uma rápida reafecção dos fundos do Projeto no caso de uma catástrofe ou crise natural ou provocada pelo homem.

O arranjo institucional para o Projeto prevê que todas as actividades relativas às Componentes 1 e 2 fiquem sob a responsabilidade do o Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH), através da Infraestruturas de Cabo Verde (ICV, no caso da Componente 1) e da Estradas de Cabo Verde (ECV, Componente 2).

As actividades da Componente 3 estarão sob a responsabilidade da Unidade de Gestão de Projectos Especiais (UGPE), inserida no Ministério das Finanças e que tem implementado vários projectos de desenvolvimento desde a sua criação em 1999, sendo actualmente a unidade de execução de quase todos os projectos financiados pelo Banco Mundial em Cabo Verde.

A Componente 4 será dividida entre a UGPE e o MIOTH, sendo cada entidade responsável pelos itens de gestão do projeto relevantes para o seu trabalho no âmbito do projeto.

A maioria das exigências relacionadas com o cumprimento das normas ambientais e sociais, como sejam aquelas em causa no presente PEPI, incidirá nas Componentes 1 e 2 do Projeto, sob a responsabilidade do MIOTH.

2.2. Abrangência territorial

Embora a maior parte dos investimentos do Projeto venha a ser seleccionada através de um quadro de priorização ainda a ser consolidado, foi feita uma seleção de investimentos pioneiros (*first movers*) a partir da lista de investimentos remanescentes do PRRA, com base nos seguintes critérios: (i) coordenação urbana e de transportes no território; (ii) coordenação com outros investimentos do Banco Mundial em Cabo Verde (iii) importância socioeconómica; e (iv) nível de prontidão, com concepção técnica pronta ou em preparação através do PPA do projeto.

De momento, a lista dos potenciais investimentos pioneiros integra as seguintes intervenções:

Tabela 1 – Potenciais investimentos pioneiros (*first movers*)

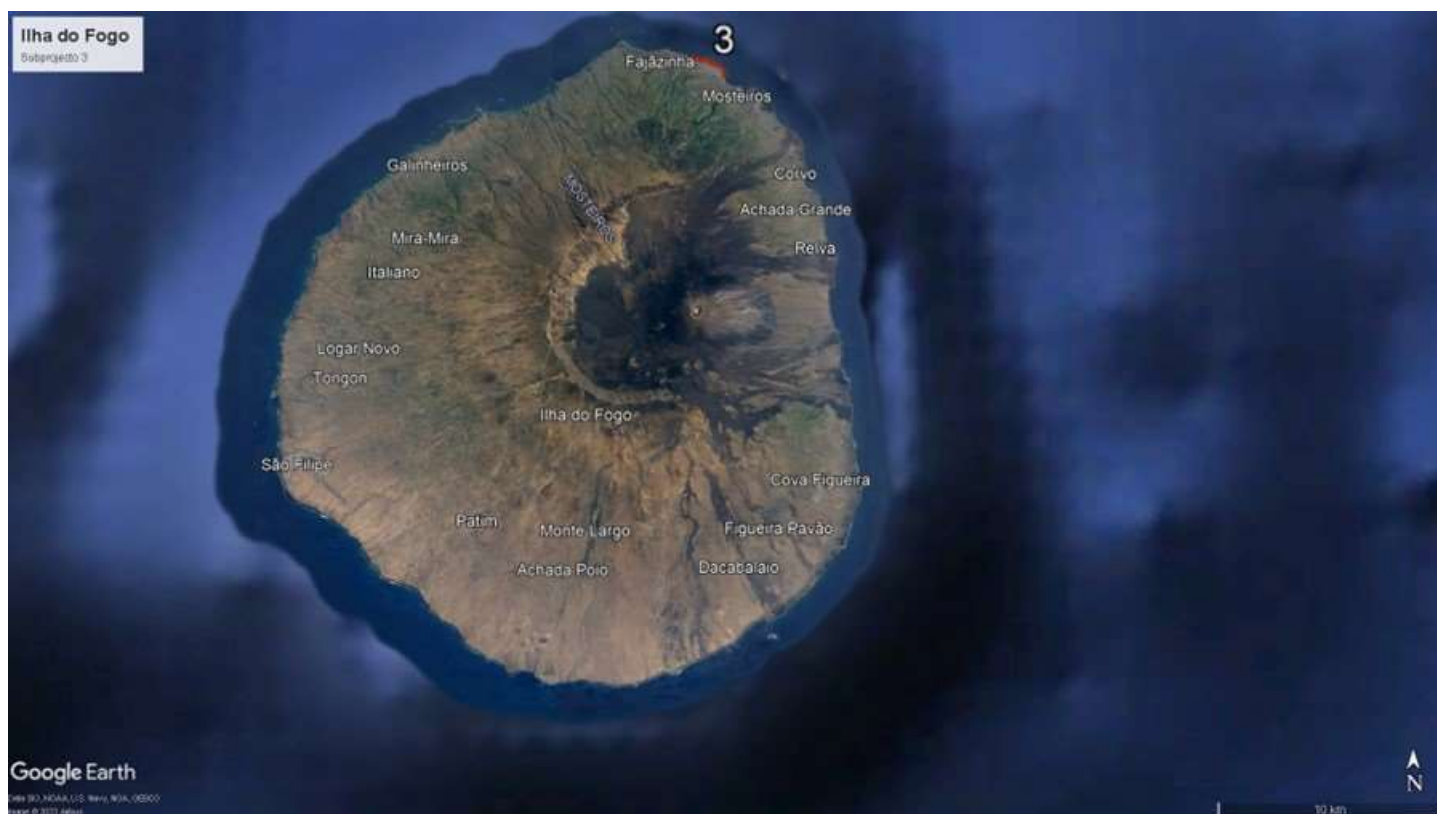
Subprojectos	Ilha / Município	Componente
1 - Reabilitação Urbana de Rincão	Santiago - Santa Catarina	1
2 – Requalificação do Centro Urbano de Achada Igreja	Santiago - São Salvador do Mundo	1
3 - Requalificação da Orla Marítima de Queimada Guincho	Fogo - Mosteiros	1
4 - Requalificação da Orla Marítima de Praia Baixo	Santiago - São Domingos	1
5 - Requalificação Urbana e Ambiental do Fernando Pó	São Vicente	1
6 - Requalificação Urbana e Ambiental de Covada de Bruxa	São Vicente	1
7 - Requalificação da Orla Marítima de Tarrafal de São Nicolau	São Nicolau – Tarrafal	1
8 - Requalificação Centro Histórico da Ribeira Brava	São Nicolau – Ribeira Brava	1
9 - Requalificação do Centro Urbano de João Teves	Santiago - São Lourenço dos Órgãos	1
10 – Reabilitação da estrada Pingo Chuva - Saltos/Arribada	Santiago - Santa Catarina	2
11 – Reabilitação da estrada Fundura - Ribeira Barca	Santiago - Santa Catarina	2

Nas figuras seguintes apresenta-se a localização dos supprojectos pioneiros em cada uma das ilhas (Santiago, Fogo, São Vicente e São Nicolau) .



1 – Reabilitação Urbana de Rincão; 2 – Requalificação do Centro Urbano de Achada Igreja; 4 - Requalificação da Orla Marítima de Praia Baixo; 9 - Requalificação do Centro Urbano de João Teves; 10 – Reabilitação da estrada Pingo Chuva - Saltos/Arribada; 11 – Reabilitação da estrada Fundura - Ribeira Barca

Figura 1 – Subprojectos pioneiros na ilha de Santiago



3 - Requalificação da Orla Marítima de Queimada Guincho

Figura 2 – Subprojectos pioneiros na ilha do Fogo

Os restantes subprojectos da lista de investimentos remanescentes do PRRA continuarão a ser considerados como potenciais candidatos a futuras fases do programa, sendo analisados individualmente em função de critérios de classificação e indicadores específicos, centrados em quatro objectivos principais: i) crescimento económico e sinergias entre sectores; ii) redução da pobreza; iii) reforço da resistência às alterações climáticas; e iv) coesão territorial e planeamento integrado.

2.3. Resumo dos riscos e impactes esperados

Globalmente, espera-se que o projeto tenha impactes ambientais e sociais positivos ao melhorar o acesso a transportes resilientes e a infraestruturas urbanas. Espera-se também que resulte em maiores oportunidades de rendimento para as comunidades locais devido aos projectos/planos de empresas locais ou de iniciativa comunitária.

Os principais riscos e impactes ambientais e sociais potenciais identificados estão associados às componentes 1 e 2 e são os seguintes:

- Riscos de inundação, de erosão e geotécnicos que possam ser agravados por fenómenos climáticos extremos durante a execução das obras e, posteriormente, em resultado de alteração dos sistemas de drenagem superficial;;
- Não se espera a perturbação de áreas de elevado valor de biodiversidade e os subprojectos que possam implicar impactes significativos irreversíveis e/ou permanentes na biodiversidade não serão elegíveis para financiamento;
- Riscos de inundações costeiras devido à subida do nível do mar, podendo afectar as zonas ribeirinhas requalificadas;
- Possível aumento do consumo de água durante as obras;
- Possível aumento do consumo de água após a conclusão das obras (por exemplo, para irrigação de áreas ajardinadas);
- Produção de resíduos e riscos de contaminação do solo e da água devido à utilização de substâncias perigosas e à descarga de águas residuais; poluição atmosférica, ruído e vibrações causados pelos trabalhos de construção;
- Derrame de substâncias perigosas, incêndio e outros riscos durante as obras de construção;
- Impactes associados à exploração de pedreiras e ao fornecimento de matérias-primas para a construção;
- Impactes visuais na paisagem local durante e após a conclusão das obras de construção;
- Riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores da construção;
- Riscos para a saúde e a segurança das comunidades locais;
- Possível deslocamento ou perda de residência e restrições ao uso da terra e acesso a recursos naturais ou fontes de rendimento;
- Riscos de violência baseada no género, exploração e abuso sexual e assédio sexual associados à concentração de mão de obra maioritariamente masculina nas obras de construção para a implementação dos subprojectos, particularmente onde houver um maior afluxo de mão de obra e/ou em comunidades com acesso limitado a serviços de apoio ou onde a supervisão da mão de obra seja mais difícil;
- Riscos para a participação e inclusão social (incluindo a participação limitada de mulheres e outros grupos vulneráveis e o seu acesso aos benefícios do Projeto);
- Dificuldades em tirar partido das oportunidades de trabalho oferecidas pelos subprojectos;

- Risco de as comunidades não se identificarem com e não se apropriarem das novas infraestruturas;
- Riscos de poluição e de subutilização comunitária das infraestruturas de saneamento urbano;
- Impactes potenciais no património cultural;
- Riscos de limitação do acesso a novas infraestruturas por parte de pessoas com deficiências e dificuldades de mobilidade.

A identificação destes riscos e impactes ambientais e sociais beneficiou das consultas (com comunidades e instituições) realizadas no âmbito da preparação do Projecto,

Em todos os casos, a mitigação destes riscos e impactes deverá ser feita priorizando desde tão cedo quanto possível na formulação dos subprojectos as medidas e acções que permitam evitar ou prevenir tais riscos e impactes, remetendo as medidas de minimização ou compensação para segunda e terceira prioridades. No geral, para além do cumprimento dos requisitos legais nacionais deverão ser aplicadas as boas práticas reconhecidas internacionalmente, incluindo as Directrizes de Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo do Banco Mundial.

Um adequado envolvimento das partes interessadas será essencial para a mitigação da generalidade dos riscos e impactes e para a correcta gestão ambiental e social do Projecto, pelo que o PEPI será um instrumento essencial para mitigar os riscos e impactes negativos e potenciar os impactes positivos.

3. BREVE RESUMO DAS ATIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

No período compreendido entre 10.01.23 e 04.08.23 foram realizadas atividades de consulta pública envolvendo as principais partes interessadas do projeto. Foram realizadas reuniões formais com instituições governamentais centrais, delegações e câmaras municipais, e encontros com comunidades locais beneficiárias dos subprojetos identificados, envolvendo 4 ilhas do território nacional (Santiago, Fogo, São Vicente e Santo Antão) e 8 municípios (São Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina de Santiago, São Domingos, São Vicente, Porto Novo e Ribeira Grande de Santo Antão), conforme indicado na tabela seguinte.

Nesta fase de preparação do projeto, a estratégia adotada é considerada a mais adequada, e que melhor se adapta à forma ou formas de divulgação de informações junto das partes interessadas ou público-alvo (instituições e comunidades) numa fase em que ainda não se dispõe de informação detalhada quanto aos subprojectos a serem implementados. De salientar também que as câmaras municipais e comunidades envolvidas foram seleccionadas tendo em conta a lista inicial de projectos pioneiros (*first movers*), a qual foi entretanto alterada (conforme apresentada na secção 2.2).

A tabela seguinte apresenta a lista das instituições contactadas até ao momento.

Tabela 2. Lista de instituições contactadas

Data	Instituição/ Comunidade
10/01/23	Município de São Salvador do Mundo
12/01/23	Município de Ribeira Grande de Santiago
05/01/23	Município de São Vicente - Mindelo
19/06/23	Município de São Domingos
20 e 21/06/23	Município de Santa Catarina de Santiago
20 e 21/06/23	Município de Santa Catarina de Santiago – Comunidade de Ribeira da Barca
20 e 21/06/23	Município de Santa Catarina de Santiago – Comunidade de Ribeira da Barca
27 e 28/06/23	Município de Mosteiros
27/06/23	Infraestruturas de Cabo Verde (ICV)
27/06/23	Estradas de Cabo Verde (ECV)
27/06/23	Direção Geral do Património e Contratação Pública (DGPCP)
27/06/23	Direção Geral do Trabalho (DGT)
28/06/23	Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG)
17/07/23	Instituto Marítimo e Portuário (IMP)
18/07/23	Delegação do Porto Novo, do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)
18/07/23	Câmara Municipal de Porto Novo
18/07/2023	Câmara Municipal de Porto Novo - Comunidade de Ribeira dos Bodes
18/07/23	Câmara Municipal de Porto Novo - Comunidade de Ribeira Fria
19/07/23	Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santo Antão
19/07/23	Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santo Antão - Comunidade de Caibros
4/08/23	Direção Nacional do Ambiente (DNA)
4/08/23	Inspeção-Geral do Trabalho

Os principais assuntos tratados foram os seguintes:

- Apresentação do Projeto e do enquadramento institucional;
- O envolvimento das instituições e recolha das suas contribuições e opiniões sobre riscos, impactes e medidas de mitigação do projeto;
- O envolvimento das comunidades beneficiárias e recolha das suas contribuições e opiniões sobre riscos, impactes e medidas de mitigação do projeto;
- Apresentação do Mecanismo de Gestão de Reclamações.

As principais preocupações levantadas pelas partes interessadas foram as seguintes:

a) A nível das agências implementadoras (ECV e ICV)

- Envolvimento de empresas locais no desenvolvimento das empreitadas;
- Aproveitar as lições aprendidas no âmbito do programa PRRA;
- Manter as boas relações existentes entre o governo e os municípios na execução do Projeto;

- Melhoria da capacidade das agências implementadoras (ECV e ICV) em relação aos requisitos do QAS do Banco Mundial.

b) A nível das instituições centrais

- Melhoria da articulação com as instituições no âmbito do Projeto, em comparação com o que aconteceu com o PRRA;
- Melhoria da capacidade das instituições em relação aos requisitos do QAS do Banco Mundial (nomeadamente a NAS 2 e a NAS 5);
- Necessidade de assinatura de memorandos de entendimento com a UGPE (nomeadamente a NAS 10);
- Melhoria da capacidade das instituições em relação aos requisitos do QAS do Banco Mundial.

c) A nível das câmaras municipais e comunidades beneficiárias

- Anseios e expectativas das populações;
- Geração de emprego local, foco na população jovem e mulheres chefes de família;
- Habitações e infraestruturas públicas degradadas.
- Salvaguarda dos equipamentos e infraestruturas públicas durante a execução das empreitadas nas zonas urbanas e interferências com habitações em zonas rurais;
- Salvaguarda de infraestruturas públicas de captação, adução e distribuição de água;
- Salvaguarda de propriedades e instalações agrícolas e pecuárias;
- Saúde e segurança dos trabalhadores e da população. Criação de acessos provisórios.

A análise efetuada dos riscos e impactes esperados durante a implementação do projeto integra as preocupações e contribuições apresentadas pelas partes interessadas.

As consultas das instituições foram efetuadas com base nos arranjos institucionais do Projeto, fornecidos pela UGPE. A seleção do método e dos locais de consulta junto das comunidades foi efetuada em articulação com as autoridades municipais e baseou-se no princípio da mais ampla divulgação junto do público-alvo.

A tabela seguinte apresenta número de pessoas presentes em cada reunião (desagregado por género). Os resumos de cada uma destas reuniões constam do Anexo 1.

Tabela 3. Lista de pessoas contactadas (desagregação por género)

INSTITUIÇÃO/COMUNIDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO	19	11	30
MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO (total)	50	30	80
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE	5	6	11
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – Comunidade de Praia Baixo	12	5	17
MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO – Equipa Camarária	11	3	14
MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO – Comunidade de Rincão	19	7	26
MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO – Comunidades de Pingo Chuva/Saltos	19	3	22

INSTITUIÇÃO/COMUNIDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO – Comunidades de Ribeira da Barca	35	9	44
MUNICÍPIO DOS MOSTEIROS – Equipa Camarária	4	1	5
MUNICÍPIO DOS MOSTEIROS – Comunidade de Queimada Guincho	11	5	16
ICV	4	2	6
ECV	3	3	6
DGCP	3	2	5
DGT	2	3	5
ICIEG	2	4	6
IMP	3	1	4
Delegação MAA do Porto Novo	1	4	5
MUNICÍPIO DO PORTO NOVO - Equipa Camarária	4	2	6
MUNICÍPIO DO PORTO NOVO - Comunidade de Ribeira dos Bodes	16	2	18
MUNICÍPIO DO PORTO NOVO - Comunidade de Ribeira Fria	17	7	24
MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE DE SANTO ANTÃO - Equipa Camarária	4	1	5
MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO – Comunidade de Caibros	8	1	9
DNA	2	2	4
IGT	2	2	4

4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

Os intervenientes no projeto são definidos como indivíduos, grupos ou outras entidades que:

- São afetados ou suscetíveis de serem afetados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo Projeto, também conhecidos como "partes afetadas"; e
- Podem ter interesse no projeto "outras partes interessadas". Incluem indivíduos ou grupos cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e que têm o potencial de influenciar de alguma forma os resultados do projeto.

A cooperação e a negociação com as partes interessadas ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto requer também, frequentemente, a identificação de pessoas dentro dos grupos que atuam como representantes legítimos do respetivo grupo de partes interessadas, ou seja, os indivíduos a quem os seus colegas de grupo confiaram a defesa dos interesses dos grupos no processo de envolvimento com o Projeto.

No decurso dos encontros comunitários realizados até à data foi já possível que diversas comunidades indicassem os respectivos representantes, como indicado na tabela seguinte:

Tabela 4 – Representantes comunitários já identificados

Comunidade	Representante / ponto focal indicado
São Domingos / Praia Baixo	Sr. Jair da Veiga
Santa Catarina / Rincão	Sr. Adilson Varela Pereira

Santa Catarina / Saltos	Sra. Elizângela Semedo Silva
Santa Catarina / Ribeira da Barca	Sr. Romilson Macarenhas
Mosteiros / Queimada Guincho	Sr. António Teixeira

Em cada um dos subprojectos a serem financiados no âmbito do Projecto deverá procurar-se que cada uma das comunidades abrangidas indique o(s) respectivo(s) representante(s), os quais podem fornecer informações úteis sobre os cenários locais e agir como principais canais de divulgação da informação relacionada com o Projeto e como principal elo de comunicação/ligação entre o Projeto e as comunidades visadas e as suas redes estabelecidas. A verificação dos representantes das partes interessadas (ou seja, o processo de confirmação de que são legítimos e verdadeiros defensores da comunidade que representam) continua a ser uma tarefa importante no estabelecimento de contacto com as partes interessadas da comunidade. A legitimidade dos representantes da comunidade pode ser verificada falando informalmente com uma amostra aleatória de membros da comunidade e dando atenção às suas opiniões sobre quem pode representar os seus interesses da forma mais eficaz.

4.1. Metodologia

A fim de responder às abordagens de melhores práticas, o projeto aplicará os seguintes **princípios** para o envolvimento das partes interessadas:

- **Abertura e abordagem de ciclo de vida:** consultas públicas para os subprojetos serão organizadas durante todo o ciclo de vida, incluindo nesta fase de PPA, e serão realizadas de uma forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coação ou intimidação;
- **Participação informada e feedback:** a informação será fornecida e amplamente distribuída entre todos os interessados num formato apropriado; são dadas oportunidades para comunicar o *feedback* aos interessados, para analisar e abordar os comentários;
- **Inclusividade e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é empreendida para apoiar uma melhor comunicação e construir relações eficazes. O processo de participação no projeto é inclusivo, com encorajamento de participação de todas as partes interessadas e acesso equitativo à informação. É dada especial atenção aos grupos vulneráveis, em particular mulheres, jovens, idosos e as sensibilidades culturais de diversos grupos étnicos. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção dos métodos de participação.

Para efeitos de um envolvimento eficaz e adaptado, as partes interessadas do(s) projeto(s) proposto(s) podem ser divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes afetadas** – pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projeto (PAI) que são diretamente influenciadas (efetiva ou potencialmente) pelo projeto e/ou que foram identificadas como mais suscetíveis a mudanças associadas ao projeto, e que precisam de estar estreitamente envolvidas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão;
- **Outras Partes Interessadas** – indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos diretos do projeto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afetados pelo projeto e/ou que podem afetar o projeto e o processo da sua implementação de alguma forma; e
- **Grupos Vulneráveis** – pessoas que possam ser desproporcionadamente afetadas ou ainda mais desfavorecidas pelos subprojetos em comparação com quaisquer outros

grupos devido ao seu estatuto vulnerável, e que possam exigir esforços especiais de envolvimento para assegurar a sua representação equitativa na consulta e no processo de tomada de decisão associado ao projeto.

4.2. Beneficiários do projeto

O projeto terá amplos benefícios sociais, económicos e institucionais para quase toda a população de Cabo Verde, tendo em conta que visa intervenções de melhoria de infraestruturas urbanas, costeiras de apoio à economia Azul e reabilitação de estradas de uma forma integrada em quase todos os municípios do País. Portanto nos beneficiários podemos encontrar simultaneamente partes afetadas, interessadas e grupos vulneráveis do projecto.

- Os decisores políticos nos sectores de infraestruturas e da economia azul irão beneficiar de diversas formas, tendo em conta que os subprojectos irão possibilitar a materialização de programas e estratégias definidos para estes sectores, para além de reduzir as reivindicações e o descontentamento da população em geral. Além disso, os decisores políticos poderão ainda beneficiar indiretamente de investimentos diretos de estrangeiros e nacionais e de receitas fiscais adicionais associados a dinamização da economia local provocados pelas infraestruturas criadas.
- A população residente e as empresas das comunidades contempladas com o desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias terão o benefício de terem melhores condições de acessibilidade e atratividade, tanto para os habitantes locais como para os visitantes.
- Os promotores do comércio local, vendedeiras ambulantes, pescadores, peixeiras e outras micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) nas diferentes ilhas serão beneficiados por investimentos de melhoria de infraestruturas de apoio a economia azul, proporcionando melhores condições de trabalho, higiene e segurança, redução de perdas e custo no desenvolvimento das suas atividades.
- A população em geral será beneficiada com melhores infraestruturas, serviços e área de lazer, com repercussão na qualidade de vida, dinamização da economia local e autoestima das comunidades.
- As mulheres terão uma estratégia de empoderamento clara e com identificação de ações prioritárias associadas às intervenções de desenvolvimento previstas, quer associadas à economia azul quer para outros sectores.

4.3. Parceiros do Projeto

Os parceiros do projeto são definidos como partes interessadas que contribuirão para a execução e implementação do projeto, a saber::

- Ministério do Mar: será responsável pela gestão das actividades e infraestruturas no sector marítimo. Inclui o Instituto Marítimo Portuário (IMP) que tem jurisdição sobre a orla marítima.
- Ministério do Turismo e dos Transportes: será beneficiado com a melhoria de acessibilidade para os destinos que podem ser aproveitados para potencialização da oferta turística nas diferentes ilhas.
- Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) - em colaboração com a UGPE, o ICIEG atuará na implementação das ações propostas de integração da igualdade de género no projecto e prevenção do risco e aumento da capacidade de resposta à Violência Baseada em Género (VBG) / Exploração e Abuso Sexual (EAS) / Assédio Sexual (AS).
- Direção Nacional do Ambiente (DNA) – Autoridade Nacional para a Avaliação de Impacte Ambiental.

- Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) atuará na implementação das ações propostas de integração da proteção da criança e do adolescente nas comunidades.
- Instituto do Património Cultural (IPC) – intervirá ao nível da gestão do património cultural, nos moldes previstos no PGC.
- Municípios de todas as ilhas contempladas – desempenham as atribuições do governo local, nomeadamente a identificação de subprojectos prioritários, o envolvimento no projeto e a avaliação/atribuição das licenças necessárias. Estarão envolvidos em todo o ciclo, desde a conceção até à finalização das atividades do projeto. Serão estabelecidos pontos focais do projeto em cada um dos destinos selecionados para monitorizar e gerir as atividades de infraestruturas específicas do local e assegurar a coordenação com as atividades do governo local.

A lista de parceiros acima referida irá provavelmente mudar ao longo do ciclo de vida do projeto e após definição clara dos locais de intervenção do projeto, por conseguinte, será atualizada em conformidade.

4.4. Partes afetadas

De acordo com a NAS 10, o termo “partes afetadas pelo projeto” inclui aqueles que são suscetíveis de serem afetados pelo projeto devido a impactos reais ou riscos potenciais ao seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes interessadas podem incluir indivíduos ou grupos, incluindo comunidades locais. Assim, o quadro seguinte procura segmentar estes atores em entidades públicas envolvidas na execução do projeto, organizações da sociedade civil e público ou comunidade.

Tabela 5. Quadro das partes beneficiadas e afetadas pelo projeto

COMPONENTES	ENTIDADES PÚBLICAS	PÚBLICO, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Componente 1: Infraestruturas de Desenvolvimento Urbano e Territorial Resilientes. Esta componente financiará um conjunto de obras com foco na melhoria de condições de vida e desenvolvimento territorial dos bairros vulneráveis. O objectivo desta componente será reabilitar espaços e bens públicos para o uso comunitário, mitigação do clima, e desenvolvimento económico local. As intervenções no âmbito desta componente dividem-se em duas categorias: (i) Requalificação urbana e territorial, incluindo reabilitação de centros e bairros urbanos e/ou históricos, pavimentação de	Beneficiários: ICV liderará a implementação das atividades do projeto sob a gestão da UGPE. Os munícipes serão os principais beneficiários das principais infraestruturas criadas e reabilitadas. A multiplicidade de empregos diretos e indiretos a surgir nos municípios de intervenção do projeto, ajudará no controlo do desemprego, para além de aumentar a dinâmica e autoestima nas comunidades	Beneficiários: Pescadores, peixeiras, empresários, operadores turísticos, e população em geral. Afetados ou em risco de exclusão: Ficam temporariamente limitados da utilização dos espaços habitual, os banhistas; pescadores; peixeiras, vendedeiras ambulantes, crianças, comerciantes, operadores turísticos, jovens e idosos. População vulnerável, nomeadamente idosos ou pessoas com alguma dificuldade/deficiência de

ruas, melhoria dos sistemas de drenagem, melhoria das áreas verdes para mitigação e adaptação ao clima (por exemplo, protecção contra inundações e calor extremo); (ii) Requalificação de áreas de frente marítima e infraestruturas pesqueiras para reforçar a actividade económica.	<u>Afetados ou em risco de exclusão:</u> A DNA ou delegação locais do MAA terão uma maior demanda de capacidade e recursos para desempenhar o seu papel de fiscalização ambiental. Isto pode acontecer também com ICIEG e IGT.	locomção podem ser excluídos no desenho ou implementação dos projetos de reabilitação. Mulheres chefes de famílias residentes em lugares remotos precisam de maior proximidade no acesso às informações com respeito às propostas de empoderamento feminino
Componente 2: Melhoria da Conectividade e Resiliência das Estradas: Esta componente financiará obras de reabilitação de estradas para melhorar a conectividade do transporte rodoviário nas comunidades seleccionadas a nível nacional. O método de selecção de estradas será determinado durante a preparação do projeto e incluirá uma análise multicritério que terá em conta, entre outros, o estado da estrada, o risco actual e projectado para as alterações climáticas, a importância para a resiliência da rede nas respectivas ilhas e os factores socioeconómicos das comunidades afectadas. Esta abordagem centrar-se-á também no aumento da resiliência às alterações climáticas, aos riscos naturais, e às condições ambientais que afectam o País. As obras a financiar no âmbito do novo projecto têm o potencial de melhorar a conectividade, facilitando o transporte de produtos agrícolas para os mercados, reduzindo os tempos de deslocação dos trabalhadores que viajam entre comunidades em ligação com o seu emprego, melhorando o acesso a escolas e instalações médicas, e promovendo o turismo. Têm também o potencial de tornar os espaços urbanos seleccionados mais atraentes e inclusivos, tanto para residentes como para visitantes. Espera-se também que as intervenções resultem em maiores oportunidades de rendimento para as comunidades locais, devido a uma melhor conectividade com as oportunidades económicas.	Beneficiários: A ECV terá avanço na implementação da sua estratégia e plano de actuação. Os municípios serão dinamizados com a criação de novos empregos e novas infraestruturas de apoio aos munícipes. <u>Afetados ou em risco de exclusão:</u> A DNA ou delegação locais do MAA terão uma maior demanda de capacidade e recursos para desempenhar o seu papel de fiscalização ambiental. Isto pode acontecer também com ICIEG e IGT.	Beneficiários: Os empresários do ramo da agricultura e turismo terão melhores condições para venderem os seus produtos. Os condutores de forma geral terão melhores condições de trabalho. As associações de base comunitária e população desencravada terão maior mobilidade e oportunidade de criação de pequenos negócios, maior acessibilidade às estruturas de ensino e saúde. <u>Afetados ou em risco de exclusão:</u> Mulheres chefes de famílias residentes em lugares remotos precisam de maior proximidade no acesso às informações com respeito às propostas de empoderamento feminino. Mulheres jovens podem ser preteridos durante a procura de mão de obra na fase de execução de obras.

4.5. Outras partes interessadas

De acordo com a NAS 10, o termo “outras partes interessadas” refere-se a indivíduos, grupos ou organizações com interesse no projeto, o que se pode dever à localização do Projeto, às suas características, aos seus impactos ou a assuntos de interesse público. Por exemplo, essas partes podem incluir reguladores, funcionários do governo, setor privado, comunidade científica, académicos, sindicatos, organizações de mulheres, outras organizações da

sociedade civil e grupos culturais. Outras partes interessadas neste projeto foram identificadas como se segue:

Tabela 6. Outras partes interessadas

TIPO	IDENTIFICAÇÃO
Governo e instituições públicas	- Ministério das Finanças - Associações de municípios - ICIEG - Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género - ICCA - Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente - Departamento de Educação - Departamento de Saúde - Departamento da Juventude - Delegações do Ministério de Ambiente
Líderes formais e Tradicionais	- Assembleia Nacional (Deputados) - Assembleia municipal - Plataforma das Organizações Não Governamentais (ONG)
Empresas e associações	- Empreiteiros - Observatório da Cidadania - Associações de mulheres empresárias

4.6. Indivíduos ou grupos desfavorecidos / vulneráveis

Alguns impactes de projetos podem afetar desproporcionadamente indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis que, muitas vezes, não têm voz para expressar as suas preocupações ou compreender os impactos de um projeto.

As análises de género serão realizadas durante a fase de conceção do projeto, e os resultados serão incorporados no planeamento das ações para a fase de implementação.

Grupos vulneráveis, tais como jovens, idosos e deficientes, serão consultados particularmente por forma a que suas necessidades sejam incorporadas no desenho dos subprojectos, tendo em conta as diferentes tipologias de actividades previstas. Será dada atenção a vulnerabilidades específicas, bem como a benefícios específicos que os projetos podem trazer às mulheres e a outros membros vulneráveis da sociedade, e onde necessário serão propostos programas específicos para estes grupos. O projeto identificará indivíduos ou grupos vulneráveis ou desfavorecidos e as limitações que estes possam ter na participação e/ou na compreensão das informações do projeto numa base contínua. Será prestado apoio ou recursos adicionais necessários para permitir a participação destas pessoas no processo de consulta.

Foram identificadas como pessoas vulneráveis as seguintes pessoas:

Tabela 7. Pessoas vulneráveis

GRUPO	ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS
Mulheres Mulheres domésticas que vivem em zonas mais remotas e isoladas e que pelo seu baixo nível, ou	ICIEG - Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género MORABI e OMCV - as ONG mais relevantes com foco no empreendedorismo das mulheres

nenhuma escolaridade têm limitado acesso à informação.	Departamento de Serviços Sociais das Câmaras Municipais
Jovens Jovens desempregados e/ou marginalizados com limitado acesso a informação.	Associação de Jovens Empresários; Associações de jovens Associação dos Jovens Agricultores
Comerciantes das áreas a reabilitar no período limitado à fase execução das obras	Câmara de Comércio e Indústria de Barlavento Câmara de Comércio e Indústria de Sotavento Câmara do Turismo
Agricultores das áreas afetadas pela construção/reabilitação de estradas	Associações de agricultores
Comunidades de baixo rendimento	Associações de base comunitárias
Idosos e Outros	Departamento de Serviços Sociais das Câmaras Municipais

4.7. Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto

O quadro seguinte resume as necessidades e questões suscitadas, por categoria de intervenientes, das partes interessadas, com base nos encontros de consulta feita até ao momento. No anexo 1 apresenta-se o resumo dos consultas efectuadas.

Tabela 8. Necessidades das partes interessadas

PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES E QUESTÕES SUSCITADAS
MIOTH (ECV e ICV).	Administradores e técnicos da Instituição	Reuniões e visita de trabalho. Foram promovidas reuniões diferenciadas entre diferentes instituições e visitas conjuntas às obras em curso e realizadas no programa PRAA.	- Envolvimento de empresas locais no desenvolvimento das empreitadas. - Aproveitar as lições aprendidas no âmbito do programa PRRA. - Manter as boas relações existentes entre o governo e os municípios na execução do projeto.
Municípios (Presidente e instituições locais)	Presidente, vereadores, técnicos e representantes das instituições no município de São Salvador do Mundo e Ribeira Grande de Santiago	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto em sala de eventos do município. Língua materna, crioulo.	- Dispor de estratégia para acelerar os processos e permitir o início das obras em tempo oportuno. - Garantir a fiscalização das obras para garantir a qualidade dos materiais e da obra em si. - Necessidade de envolvimento de parceiros como Electra e

PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES E QUESTÕES SUSCITADAS
			ADS durante todo o processo de requalificação da cidade. - Necessidade de apoiar projecto complementares, com especial destaque para pequenos acessos que terão grande impacto no descongestionamento da cidade.
Instituições Locais São Vicente	Vereadores da Câmara Municipal, Técnicos da Câmara municipal e delegada do Ministério da Agricultura e Ambiente	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto.	- Necessidade de rever/conceber instrumentos Ambientais e sociais dos subprojectos de acordo com os requisitos ambientais e sociais do BM, para as obras em curso. - Necessidade de articulação com os planos de gestão de áreas protegidas para obras que intercetam a área. - Necessidade de incluir aspectos de segurança na construção de estradas. - Necessidade de potencializar os resultados do projecto através de contratação de trabalhadores e empresas locais, para além de inclusão de pequenos projectos complementares no pacote de subprojectos apresentados
Representantes de Comunidades do Município de São Salvador do Mundo	Instituições locais (polícia, saúde, educação), jovens, adultos e idosos das diferentes localidades do município	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto em sala de eventos do município. Língua materna, crioulo.	- Apresentação do projecto após especificações técnicas - Inclusão de responsabilidade dos empreiteiros nos danos causados em equipamentos e infraestruturas públicas durante a execução da empreitada - Criação de vias alternativos para descongestionar o tráfico

PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES E QUESTÕES SUSCITADAS
			e constrangimentos na cidade
Representantes de Comunidades do Município de Ribeira Grande de Santiago	Vereadores e técnicos da Câmara Municipal, eleitos municipais, equipa da delegacia de saúde, representante das comunidades.	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto em sala de eventos do município. Língua materna, crioulo.	- Priorização do projecto de Estradas São João Batista- Belém-Pico Leão, tendo em conta as dificuldades atualmente provocadas pelo difícil acesso, nomeadamente a nível da segurança das crianças caminham para ir e voltar da escola, acesso à água potável, educação saúde entre outros aspectos. Por outro lado fomentaria o emprego digno na agricultura e a sustentabilidade da actividade
Município e representantes de comunidades – São Domingos / ilha de Santiago	Presidente da Câmara, Vereadores e gabinete técnico. Membros da comunidade, associação pescadores e peixeiras	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto. Língua materna, crioulo.	- Geração de emprego, foco na população jovem. Falta de infraestruturas de apoio à pesca e à comercialização do peixe. Acessibilidades a melhorar. Habitações e infraestruturas públicas degradadas. Escassez de recursos hídricos e salinização de solos agrícolas. Criação pecuária em meio urbano, com problemas de higiene e saúde pública associados.
Município e representantes de comunidades – Santa Catarina / ilha de Santiago	Presidente da Câmara, Vereadores e gabinete técnico. Membros da comunidade, Delegação do MAA, membros da comunidade, associação de peixeiras	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto. Língua materna, crioulo.	- Rincão: Necessidade de reabilitação da rede viária e de melhoria das infraestruturas (electricidade, água, esgotos, recolha de resíduos sólidos). Habitações precárias e em locais que dificultam reabilitação urbana, que pode implicar deslocamento e reassentamento. Falta de equipamentos e serviços sociais. - Estrada Pingo-Chuva-Saltos: Importante prevenir conflitos no uso da água e melhorar infraestruturas. Requalificação da

PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES E QUESTÕES SUSCITADAS
			estrada essencial. Possibilidade de interferência com habitações existentes. Importante promover emprego local. - Estrada Fundura - Ribeira da Barca: Requalificação da estrada essencial. Possíveis desvios de traçado para evitar situações de risco. Melhoras de infraestruturas desejável em conjunto com a reabilitação da estrada. Importante promover emprego local
Município e representantes da comunidade – Mosteiros / ilha do Fogo	Presidente da Câmara, Vereadores e gabinete técnico. Membros da comunidade, Delegação do MAA, membros da comunidade, associação de pescadores	Encontro de apresentação de linhas gerais dos projetos futuros, apresentação de MGR, auscultação de principais preocupações e sugestões para o projecto em sala de eventos do município. Língua materna, crioulo.	- Importante promover emprego local. Associar a requalificação da orla costeira à melhoria das condições para pescadores e vendedoras de peixe. Idem relativamente às acessibilidades à cidade e à melhoria das infraestruturas.
Infraestruturas de Cabo Verde	Administração da ICV	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- A capacidade de instituição em relação aos requisitos do QAS do Banco precisa ser melhorada.
Estradas de Cabo Verde	Administração da ECV	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- A capacidade de instituição em relação aos requisitos do QAS do Banco precisa ser melhorada.
Direcção Geral do Património e Contratação Pública	Direcção de Serviços	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- Melhorar a articulação com a DGPCP no âmbito do Projecto, em comparação com o que aconteceu com o PRRA. - A capacidade de instituição em relação aos requisitos do QAS do Banco (nomeadamente NAS5) precisa ser melhorada. Objectivos e

PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES E QUESTÕES SUSCITADAS
			resultados conforme acta da reunião
Direcção Geral do Trabalho	Directora-Geral	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- Possibilidade de articulação para assegurar cumprimentos de requisitos laborais no âmbito do Projecto.
Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG)	Presidência do ICEG	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- O balanço da aplicação do memorando de entendimento assinado com a UGPE para o envolvimento do ICIEG nos projectos do Banco Mundial é positivo, apesar do condicionamento que implica nas restantes actividades do instituto
Instituto Marítimo e Portuário	Assessor do Presidente e Técnico do IMP	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- Apesar das atribuições do IMP, a sua intervenção nos processos de requalificação da orla costeira é reduzida, mas articulação no âmbito do Projecto é possível e desejável.
Delegação de Porto Novo, Ministério da Agricultura e Ambiente	Delegado do MAA de Porto Novo e Técnico da Delegação do MAA de Porto Novo	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- Necessário reforço de capacitação. Importante proteger origens de água subterrânea, terras agrícolas, árvores de fruto e pecuária. Necessidade de articulação com exploração industrial de pozolanas.
Município e representantes de comunidades – Porto Novo / ilha de Santo Antão	Presidente substituto da Câmara, Vereadores e gabinete técnico. Presidentes de associações e membros das comunidades,	Encontro de apresentação de linhas gerais dos subprojetos futuros, apresentação do MGR, auscultação das principais preocupações e sugestões para o projeto. Língua materna, crioulo.	- Estrada Ribeira dos Bodes/ Ribeira Fria: Importante proteger origens de água subterrânea, outras infraestruturas e terras agrícolas, árvores de fruto e pecuária. Promover o emprego local, em especial de mulheres. Possíveis desvios de traçado da estrada para evitar situações de risco.
Município e representantes de comunidades – Ribeira Grande / ilha de Santo Antão	Presidente da Câmara, Vereadores e gabinete técnico. Presidentes de associações e	Encontro de apresentação de linhas gerais dos subprojetos futuros, apresentação do MGR, auscultação das principais preocupações	- Estrada de Caibros: Importante proteger origens de água subterrânea, outras infraestruturas e terras agrícolas, árvores de fruto

PARTES INTERESSADAS	PARTICIPANTES	METODOLOGIA UTILIZADA	NECESSIDADES E QUESTÕES SUSCITADAS
	membros das comunidades,	e sugestões para o projeto. Língua materna, crioulo.	e pecuária. Evitar interferências com leite da ribeira. Promover o emprego local, em especial de mulheres. Possíveis desvios de traçado da estrada para evitar situações de risco.
Direção Nacional do Ambiente (DNA)	Diretor Nacional	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- Protocolo de entendimento em preparação para melhorar a articulação na preparação e implementação de projectos do Banco Mundial.
Inspeção Geral do trabalho (IGT)	Inspetor Geral do Trabalho (IGT)	Encontro de auscultação da entidade sobre antecedentes do Projecto e obtenção de contributos para a elaboração dos instrumentos de salvaguarda AS	- Antecedentes positivos na articulação com ICV, a aproveitar a aprofundar num protocolo de entendimento visando garantir o cumprimento da legislação laboral em vigor e em matéria de higiene, saúde e segurança no trabalho bem como ações de formação no âmbito do Projecto. - Assinalado que um dos principais constrangimentos em matéria de AES /AS tem a ver com a relutância dos denunciante em se identificarem, devido ao receio de posteriores represálias. - Limitações dos número de inspectores para todo o país (15, 9 em Santiago, 5 em S. Vicente e 5 no Sal).

5. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. Finalidade e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas

Como referido inicialmente, os objetivos do envolvimento das partes interessadas neste projeto incluem:

- Socializar o projeto com as potenciais comunidades a serem afetadas;
- Divulgação de informação sobre o projeto;
- Destacar os contributos e conselhos de uma série de intervenientes, e ajustar a conceção do projeto em resposta ao feedback recebido;
- Promover a confiança e a transparência;
- Assegurar a adesão local à conceção do projeto proposto;
- Proporcionar vias para a resolução de conflitos por consenso; e
- Gerar, e responder a, feedbacks.

O envolvimento das partes interessadas iniciou há alguns meses como parte da preparação do projeto e continuará durante todo o ciclo de vida do projeto, de acordo com a programação das atividades de intervenção no terreno. A natureza e a frequência do envolvimento serão adaptadas aos grupos e questões relevantes. Entretanto apresenta-se de uma forma geral o programa inicial, sendo que o mesmo será detalhado ao longo do desenvolvimento do projecto.

Tabela 9. Programa geral de envolvimento das partes interessadas

PUBLICO ALVO	ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
Agências estatais: Ministério das Finanças, MIOTH, ICV e ECV	Programação de momento de partilha de informações aos subprojectos, nomeadamente projectos de execução estudos ambientais e sociais e outras informações consideradas relevantes. Sensibilização da comunidade em matéria de risco relacionado a VBG/EAS/AS VCC. Formação e capacitação de acordo com as necessidades identificadas.	Encontros formais em salas de reuniões. Workshops. Publicações em sites de diferentes instituições. Apresentações públicas formais. Sessões de formação. OBS: estas atividades deverão ser realizadas para cada subprojecto	Contribuições de diferentes partes interessadas para o projeto. Engajamento do público em geral. Apoio das associações e ONGs na monitorização, partilha de informações.	N.º de encontros realizados tendo em conta as metas estabelecidas para cada fase e cada subprojecto. OBS: Após definição exata dos subprojectos os indicadores e metas serão especificados

PUBLICO ALVO	ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
Governo e instituições Local	Promoção de encontro com comunidades locais e afetadas para apresentação de subprojectos e recolha de contribuições. Promoção de encontros com a comunidade para apresentação dos impactes durante a fase de construção, medidas de mitigação e recolha de subsídios. Promoção de encontros com a comunidade para apresentação dos mecanismos de gestão de reclamação.	Encontros comunitários informais. Distribuição de brochuras. Colocação de informações em site.	População informada. Participação da população. Registo e resolução de reclamações.	Nº de encontros realizados. Nº de materiais de sensibilização produzidos e distribuídos. Nº de reclamações/sugestões registadas e tratadas.
Comunidades das localidades beneficiadas e ONGs	Promoção de encontros com representatividade de todos os grupos, incluindo os identificados com mais vulneráveis. Sensibilização em temáticas diversas. Estabelecimento de atividades para fomentar o empoderamento feminino.	Encontros informais na localidade. Sessões de sensibilização.	Definição do ponto focal de mgr na comunidade. Assunção da informação por todos. Engajamento e envolvimento durante a execução do projeto.	Nº de encontros realizados. Nº de reclamações / sugestões registados e tratados. Nº de sessões de sensibilização realizadas. Nº de iniciativas de empoderamento feminino realizadas.
Pessoas com deficiências	Auscultação em específico deste grupo, por forma a auscultar as preocupações relativamente as infraestruturas previstas.	Discussões em grupos focais	Engajamento dos participantes e contribuições para tornar os subprojectos mais inclusivos.	Nº de sessões e participantes presentes.
MPMEs de diferentes sectores (turismo, agricultura,	Encontro para apresentação dos subprojectos, principais constrangimentos	Discussões em grupos focais	Assunção de informação e contribuições dos participantes	Nº de participantes. Nº de encontros.

PUBLICO ALVO	ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
pesca, comércio, etc...)	durante a fase de execução, medidas de mitigação previstas, MGR e auscultação de contributos para melhorar a implementação dos subprojectos		para ajustar as medidas de mitigação.	Nº de reclamações / sugestões.
Trabalhadores do projecto	Sessões de formação e sensibilização em temáticas diversas, de acordo com o subprojecto	Encontros específicos	Engajamento, contribuições e implementação do projecto de acordo com os requisitos estabelecidos	Nº de sessões de formação/ sensibilização. Nº de participantes.

5.2. Mensagens-chave

As principais mensagens terão de ser desenvolvidas à medida que a conceção do projeto for confirmada com mais pormenor e através do processo de envolvimento das partes interessadas. Algumas das mensagens-chave incluirão:

- O projeto preza pela igualdade e equidade de oportunidades, sem discriminação, nem exclusão dos indivíduos.
- O projeto preza pelo aumento da participação das mulheres nos vários programas de aprendizagem e formação ao longo da implementação do mesmo. Para assegurar a inclusão equitativa dos géneros espera-se que haja um equilíbrio de género no acesso às oportunidades, (nenhum dos géneros tenha acesso a menos de 40% das oportunidades). O projeto assim contribui para melhorar o acesso das mulheres a oportunidades económicas e a empregos.
- Sempre que possível, serão contratados trabalhadores locais para ajudar na fase de implementação do projeto.
- O projeto preza pela identificação de medidas especiais visando condições de trabalho seguras para todos os trabalhadores contra o risco de Covid-19, e Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual, etc.
- O calendário previsto para as intervenções em cada local será comunicado uma vez determinado.
- Os instrumentos ambientais e sociais de cada subprojecto, incluindo os principais impactes e as medidas de mitigação serão socializadas com a comunidade afetada previamente ao início das intervenções, para recolha de subsídios e por forma a melhor mitigar os impactes sociais previstos.
- O projeto garante os serviços a sobreviventes de casos de VBG relacionados com o projeto incluindo: (i) atendimento em saúde; (ii) atendimento psicossocial; e (iii) apoio jurídico.
- Tem o direito de reclamar se está insatisfeito ou se está lesado pela ação do projeto. As reclamações são valorizadas e tratadas de forma justa e confidencial.

5.3. Estratégia proposta para a divulgação de informações

A informação será disponibilizada de forma prévia, durante todas as fases de implementação do projeto, através de uma série de abordagens adaptadas ao público e às necessidades de cada grupo. As rádios locais serão utilizadas para mensagens dirigidas a toda a comunidade, tais como a informação de sessões de informação abertas. Algumas brochuras serão preparadas para a comunicação de informações mais complexas.

Há uma variedade de técnicas de envolvimento utilizadas para construir relações com as partes interessadas, recolher informação das mesmas, consultar grupos diferenciados, e divulgar informação sobre os projetos.

Para selecionar uma técnica apropriada será definido o objetivo de envolvimento de cada grupo e serão considerados métodos de consulta culturalmente apropriados. As técnicas mais utilizadas variarão de acordo com o público-alvo e são as seguintes:

Tabela 10. Técnicas de envolvimento das partes interessadas

TÉCNICA DE ENVOLVIMENTO	APLICAÇÃO APROPRIADA DA TÉCNICA
Contactos individuais por correspondência (Telefonema, email, mensagens de texto)	Distribuir informação a funcionários governamentais, ONG, Governo Local, e organizações/agências. Convidar as partes interessadas para reuniões e acompanhamento.
Reuniões de pequenos grupos e entrevistas com as partes interessadas e organizações relevantes	Proporcionar oportunidades de contribuições, pontos de vista e opiniões diferentes. Permitir às partes interessadas falar livremente sobre questões sensíveis. Construir maior comprometimento. Registar sempre as contribuições.
Reuniões formais	Apresentar a informação do projeto a um grupo de interessados. Permitir que o grupo opine e dê o seu ponto de vista evitando a captura da audiência por alguma parte. Construir uma relação impessoal com intervenientes de alto nível. Divulgação de informação técnica. Registar os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.
Reuniões públicas	Apresentar informação sobre o projeto a um grande grupo de interessados, especialmente comunidades. Permitir que o grupo apresente os seus pontos de vista e opiniões. Construir relações com as comunidades, especialmente as impactadas. Distribuir resumos não técnicos. Facilitar reuniões com apresentações, PowerPoint, cartazes, etc. Apresentar a comunidade as medidas de mitigação dos impactos ambientais e sociais negativos previstos. Apresentar a comunidade os canais disponíveis para apresentar sugestões e reclamações sobre o projecto. Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.
Discussões em grupos focais	Apresentar informação sobre o projecto a um grupo de interessados.

	Permitir que pequenos grupos de pessoas (mulheres, jovens, pessoas vulneráveis, pessoas com deficiência, etc.) apresentem os seus pontos de vista e opiniões. Construir relações com as comunidades e comunidades vizinhas. Apresentar ao grupo os canais disponíveis para apresentar sugestões e reclamações sobre o projecto. Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.
Website da UGPE e dos parceiros incluindo a Direção Nacional do Ambiente (DNA)	https://ugpe.gov.cv/ MGR da UGPE. Estabelecer um Comité Local de Gestão de Reclamações (pedido de informação, queixas, sugestões e denúncias) em cada área de projeto. Apresentar informação sobre o projeto e atualizações do progresso. Divulgar Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e Planos de gestão ambiental e Social (PGAS) eventuais, Quadro de Política de Reassentamento (QPR) e outra documentação de projeto relevante. Partilhar informação sobre as atividades do projeto. Fornecer informação sobre materiais de construção que serão necessários para incitar potenciais fornecedores. Devem sempre ser registadas os comentários, as questões, as discussões e os consensos gerados.
Comunicação direta com as partes afetadas - proprietários, por perda de árvores/bens/activos/terras	Partilhar informação sobre o calendário das atividades do projeto. Discutir e chegar a acordo quanto às opções de compensação / reassentamento e apresentar o Plano de Compensação / Plano de Reassentamento. Apresentar os canais disponíveis para apresentar sugestões e reclamações sobre o projecto.
Emissões de Radio e Televisão	Organizar a emissão de rádio/TV para levar o projeto ao grande público e permitir uma sessão de perguntas/respostas
Panfleto do projeto	Breve informação sobre o projeto para fornecer atualizações regulares Informação sobre projetos específicos do local
Workshops / Ateliers	Apresentar informação sobre o projeto a um grupo de partes interessadas, de forma a sensibilizar o grande público e permitir uma sessão de perguntas/respostas. Permitir que os interessados deem opiniões e pontos de vista. Utilizar exercícios participativos para facilitar as discussões, discutir questões de brainstorming, analisar informação e desenvolver recomendações e estratégias.
Questionários digitais, por telefone e presenciais	Reunir opiniões e pontos de vista de intervenientes individuais. Reunir dados de base. Registo de dados. Desenvolver uma base de dados de base para monitorizar os impactos.

Para atender aos requisitos de consulta pública e envolvimento das partes interessadas no contexto da pandemia de Covid-19, o processo de consulta estará em conformidade com a

"Nota Técnica: Consultas Públicas e Envolvimento das Partes Interessadas em operações apoiadas pelo BM quando existem restrições à condução pública" e atenderá aos regulamentos das autoridades sanitárias nacionais.

De uma forma específica, para cada fase e componente do projecto estão previstas um conjunto de actividades, pelo que a seguir se apresenta o quadro detalhado das actividades a serem realizadas. Não obstante, o mesmo sofrerá alterações com o desenvolvimento do projecto, por forma a estar sempre actualizado e ajustado às necessidades específicas de cada subprojecto.

Tabela 11. Atividades de Envolvimento das Partes Interessadas propostas para cada fase do Projeto

FASE DO PROJETO	INFORMAÇÃO A DIVULGAR / TÓPICO DE CONSULTA	MÉTODOS PROPOSTOS	CALENDÁRIO: LOCALIZAÇÕES/DATAS	PÚBLICOS-ALVO	RESPONSABILIDADES
Componentes 1 - Infraestruturas de Desenvolvimento Urbano e Territorial Resilientes e 2 - Melhoria da Conectividade e Resiliência das Estradas					
Preparação do Projeto (comum a todas as componentes)	-Visão geral do projeto e componentes propostos. - Resumo das consultas e respostas / acções das partes interessadas. - Consulta ao PEPI e PCAS.	-Reuniões individuais (conforme o caso). -Reuniões de pequenos grupos. -Seminários de consulta pública. - Telefone, carta, email.	-Os principais parceiros foram mobilizados e auscultados individualmente. -As comunidades foram consultadas em reuniões de grupo. - Outubro de 2022 a Agosto de 2023, com visita de terreno e encontros com partes interessadas em municípios abrangidos.	- Municípios e Entidades governamentais. - Comunidades / Público em geral. - ONG e Organizações de Base Comunitária (OBC); - Representantes de Grupos Vulneráveis; - Sector privado; - Outras partes interessadas.	UGPE
Fase de concepção	- Oportunidades de colaboração na concepção e implementação de subprojectos	-Reuniões, E-mails, FB (Facebook) -Panfletos de informação da rádio comunitária sobre as atividades de cada subprojeto	- Municípios abrangidos e entidades governamentais envolvidas, empresas prestadoras de serviços públicos (exº distribuição de água e electricidade), MPMEs e ONGs.- Calendarização dependente do cronograma para a concepção de cada cada subprojeto. - A ser repetido no caso de quaisquer alterações significativas ao subprojeto,.	- Representantes de entidades; -Outros potencialmente relacionados	ICV e ECV (com envolvimento de consultores ambientais e sociais contratados)
	- Consultas para recolha de contributos para concepção dos subprojectos e estratégia de seleção de beneficiários;	- Seguimento de seminários de consulta pública. -Grupos de discussão.	-Todos os municípios abrangidos e entidades governamentais. - Calendarização dependente do cronograma para a	- Municípios e entidades governamentais; - Comunidades / Público em geral; - Grupos vulneráveis;	ICV e ECV (com apoio da UGPE e envolvimento de consultores ambientais e sociais contratados)

FASE DO PROJETO	INFORMAÇÃO A DIVULGAR / TÓPICO DE CONSULTA	MÉTODOS PROPOSTOS	CALENDÁRIO: LOCALIZAÇÕES/DATAS	PÚBLICOS-ALVO	RESPONSABILIDADES
	- Consultas ao QGAS, QPR e LPM. - Situação dos Comitês de Gestão de Declamações (Comité Central de Gestão de Reclamações – CCGR) e Comitês Locais de Gestão de Reclamações (CLGRs)	- Reuniões com instituições a nível central e local.	concepção de cada cada subprojecto.	- Outras partes interessadas.	
Fase de pré-implementação	- Resumo das consultas e respostas / ações das partes interessadas, incluindo a revisão da concepção dos subprojetos e dos instrumentos de salvaguarda (PCAS, PEPI, QGAS, QPR, LPM) e outros documentos ambientais e sociais específicos (exº Estudos de Impacte Ambiental e Social – ESIA, ou Planos de Gestão Ambiental e Social – PGAS); - Informações sobre o MGR, como os interessado o podem aceder e as etapas de resolução de reclamações	- Reuniões de consulta comunitária; - Reuniões com grupos focais; - Informação disseminada por meios de comunicação social e (rádios comunitárias, TV) e redes sociais, panfletos informativos.	- Virtual e presencial, envolvendo os municípios e as entidades centrais; - Calendarização dependente do cronograma de implementação física de cada subprojecto; - A ser repetido no caso de quaisquer alterações significativas aos subprojetos.	- Municípios e entidades governamentais; - Comunidades / Público em geral; - Grupos vulneráveis; - Outras partes interessadas.	ICV e ECV (com apoio da UGPE e envolvimento de consultores ambientais e sociais contratados)
Fase de implementação	- Informações sobre os trabalho (descrição, calendarização); - Código de Conduta dos Trabalhadores	- Seminários de consulta pública - Workshop - Formações	- Todos os municípios abrangidos; - Pontos focais das entidades beneficiárias. - Entidades governamentais.	- Municípios e entidades governamentais; - Comunidades / Público em geral; - Grupos vulneráveis; - Trabalhadores dos subprojectos (ao serviço	ICV e ECV (com e envolvimento dos Empreiteiros e Fiscalizações e respectivos especialistas ambientais e sociais)

FASE DO PROJETO	INFORMAÇÃO A DIVULGAR / TÓPICO DE CONSULTA	MÉTODOS PROPOSTOS	CALENDÁRIO: LOCALIZAÇÕES/DATAS	PÚBLICOS-ALVO	RESPONSABILIDADES
	- Formação sobre normas ambientais e sociais, mudanças climáticas - Formação sobre os procedimentos de gestão laboral. - Formação sobre VBG/EAS/AS. - Consulta a AIAS e PGAS de subprojectos específicos.		- De acordo com as especificidade de cada subprojeto. - A ser realizada ao longo da implementação do projeto (calendarização dependente do cronograma de implementação física de cada subprojecto)	- dos Empreiteiros e Fiscalizações; - Outras partes interessadas.	
Componentes 3 e 4 – Assistência Técnica e Gestão do Projeto					
Fase de implementação	- Monitorização e avaliação dos Indicadores do Objectivo de Desenvolvimento do Projecto (PDO) e intermédios; - Resumo das consultas e respostas/ações das partes interessadas - Resumo do GRM	- Reuniões comunitárias - Reuniões de pequenos grupos - Workshops com múltiplas partes interessadas	- A nível nacional - Ao longo do Projeto	- Municípios abrangidos - Pontos focais das instituições beneficiárias	UGPE e MIOTH
Componente 5 – Componente de Resposta de Emergência Contingente					
Em caso de activação	Informações sobre os subprojectos a realizar em resposta a emergência	Redes sociais, canais de comunicação de proteção social, municípios, ONG e OBC	A nível nacional e de cada município abrangido; Calendarização condicionada pelo carácter de emergência das actividades a realizar	Comunidades / Público em geral; - Grupos vulneráveis;	UGPE (a confirmar no Manual de Operações)

5.4. Estratégia proposta para incorporar a visão dos grupos vulneráveis

Os grupos vulneráveis, quando impossível o contacto com todos, serão visados através de organizações representativas, incluindo mulheres, deficientes e associações de jovens. As comunidades remotas, que são frequentemente de baixo rendimento, serão incluídas através dos seus representantes tradicionais e formais.

As medidas serão desenvolvidas através do projeto para permitir o acesso dos benefícios do projeto a todos. Os principais obstáculos para as pessoas vulneráveis que beneficiam do projeto estarão relacionados com o acesso à informação e aos benefícios do projeto. Os parceiros do projecto terão um papel fundamental a desempenhar em relação a este último aspeto, por forma a assegurar que o projeto não aprofunde a desigualdade

O projeto beneficiará inerentemente grupos vulneráveis identificados, tais como pessoas com deficiência, ao aumentar as oportunidades de acesso a uma série de áreas de lazer e serviços a serem reabilitados. Estão ainda previstas actividades relacionadas ao reforço das questões de género e, empoderamento feminino associados à educação, formação, e providencia de serviços de saúde. A nível dos jovens marginalizados, constitui oportunidades de emprego, pelo que será dada atenção especial a disponibilização de informações aos mesmo. De uma forma geral, uma vez que o projeto é de âmbito nacional, todas as pessoas terão benefícios teóricos do projeto.

Grupos vulneráveis adicionais neste projeto poderão ser identificados durante fases futuras de envolvimento comunitário, e o plano será revisto em conformidade para refletir esta identificação de novas partes interessadas.

5.5. Indicadores de progresso na implementação do PEPI

São indicados um conjunto de 10 indicadores chave de desempenho para monitorizar o progresso na implementação do PEPI. Estes indicadores foram estabelecidos ainda na fase de preparação do Projecto e poderão ser reajustados após definição dos subprojectos específicos, conforme necessário.

Tabela 12. Indicadores de progresso na implementação do PEPI

Indicadores de progresso na implementação do PEPI - Fase PPA	
A1	Número de encontros de stakeholders institucionais realizados nos últimos três meses
A2	Número de encontros comunitários realizados nos últimos três meses
A3	Número de trabalhadores do projecto informados sobre o MGR existente na UGPE?
A4	Número de trabalhadores do projeto que assinaram o Código de Conduta VBG/VCC?
A5	Existência e operacionalidade dos canais de MGR nos Municípios de implementação de projeto? (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)
A6	Nº de reclamações registadas no MGR?
A7	Percentagem (%) de reclamações registadas no MGR do projeto e tratadas em tempo oportuno (menos de 10 dias)
A8	Número de reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS e VCC
A9	Existência e operacionalidade do prestador de serviço ao sobrevivente de VBG/EAS/AS (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)
A10	Existência e operacionalidade do prestador de serviço ao sobrevivente de VBG/EAS/AS (Muito Satisfatório Moderado Pouco satisfatório)

5.6. Cronogramas

O projeto se encontra numa fase muito incipiente, pelo que de momento não é possível determinar com exatidão o ano de início e término do projeto. Contudo a vigência prevista para o projeto é de 5 anos.

5.7. Fases seguintes do projeto

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o projeto se desenvolve, incluindo da atualização e implementação do plano de envolvimento das partes interessadas e do mecanismo de gestão de reclamações. Numa fase mais avançada serão elaborados relatórios ambientais e sociais, e relatórios de desempenho do projeto, que também serão partilhados com as partes interessadas. Dependendo de futuros ajustes relacionados a dinâmica do projeto os reportes poderão ser ajustados, mas para já, estão previstas pelo menos reportes semestrais , cujo conteúdo será discutido com os principais parceiros do projeto.

6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

6.1. Recursos

Como anteriormente referido, todas as actividades relativas às Componentes 1 e 2 ficarão sob a responsabilidade do Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH), através da Infraestruturas de Cabo Verde (ICV, no caso da Componente 1) e da Estradas de Cabo Verde (ECV, Componente 2).

As actividades da Componente 3 estarão sob a responsabilidade da Unidade de Gestão de Projectos Especiais (UGPE), inserida no Ministério das Finanças e que tem implementado vários projectos de desenvolvimento desde a sua criação em 1999, sendo actualmente a unidade de execução de quase todos os projectos financiados pelo Banco Mundial em Cabo Verde.

A Componente 4 será dividida entre a UGPE e o MIOTH, sendo cada entidade responsável pelos itens de gestão do projeto relevantes para o seu trabalho no âmbito do projeto.

Para fazer face às exigências do Projecto, o MIOTH disporá de um Especialista Ambiental e um Especialista Social a tempo inteiro. O Especialista Social do MIOTH será responsável pela coordenação e execução das actividades de participação das partes interessadas em estreita articulação com as entidades com responsabilidades na implementação dos subprojectos e os parceiros do Projeto.

6.2. Funções e responsabilidades de gestão

As disposições para a implementação do projeto são as seguintes:

O MIOTH terá um Coordenador Geral do Projeto, o qual será o principal contacto do Banco Mundial na gestão diária do Projeto e terá a responsabilidade geral pela coordenação e implementação das actividades do Projeto, incluindo a coordenação entre as entidades implementadoras das Componentes 1 (ICV), 2 (ECV) e 3 (UGPE). Cada uma destas entidades

designará pontos focais que, por sua vez, serão responsáveis pela implementação da sua componente específica.

A maioria das exigências relacionadas com o cumprimento das normas ambientais e sociais, como sejam aquelas em causa no presente PEPI, incidirá nas Componentes 1 e 2 do Projeto, sob a responsabilidade do MIOTH. Assim, caberá à ICV (Componente 1) e ECV (Componente 2), com o apoio dos especialistas ambiental e social, a identificação, gestão e supervisão dos riscos e impactes sociais e ambientais do Projeto, pela partilha de informações e pelo envolvimento das partes interessadas.

O Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros detalhará as funções e responsabilidades das várias partes e explicitará quaisquer ajustamentos aos procedimentos nacionais exigidos pelo financiador.

Todas as atividades serão documentadas através de relatórios periódicos submetidos ao Banco Mundial.

6.3. Estimativa de custos de implementação do PEPI

A implementação do PEPI está estimada em 46 500,00 USD, alocados conforme se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 13. Estimativa orçamental para a implementação do PEPI

Técnicas de Engajamento a serem empregues	Custo estimado total (USD)
Logística relacionado a encontros comunitários	5 000
Workshops ou reunião de trabalho	1 500
Deslocação inter ilhas para visitas de terreno	10 000
Divulgação das mensagens nas rádios, nos panfletos e na TV	10 000
Implementação do MGR	10 000
Reforço de capacidades – Formações VBG/EAS/AS	10 000
Total	46 500,00

Esta estimativa orçamental deve ser tomada como preliminar e meramente indicativa e deverá ser revista à medida que se confirme quais os subprojectos a serem implementados e a sua calendarização.

7. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

O principal objetivo de um mecanismo de gestão de reclamação (MGR) é ajudar a resolver as reclamações e as queixas de uma forma atempada, eficaz e eficiente que satisfaça todos os envolvidos. Especificamente, o MGR proporciona um processo transparente e credível para a obtenção de resultados justos, eficazes e duradouros. Também promove a confiança e a cooperação como parte integrante de uma consulta comunitária mais ampla, o que, por sua vez, facilita a implementação de medidas corretivas. Especificamente, o MGR de reclamações:

- Proporciona às pessoas afetadas vias para apresentar uma queixa e resolver qualquer disputa que possa surgir no decurso da execução do projeto;
- Assegura que sejam identificadas e implementadas ações de reorientação apropriadas e mutuamente aceitáveis, visando a satisfação dos reclamantes; e
- Evita a necessidade de recorrer a procedimentos judiciais.

As comunidades e indivíduos que considerem ser adversamente afetados por um projeto apoiado pelo Banco Mundial (BM) podem apresentar queixas/reclamações recorrendo aos mecanismos de gestão de queixas/reclamações existentes a nível da UGPE ou ao Serviço de reparação de queixas do BM (GRS). O GRS assegura que as queixas recebidas são prontamente analisadas a fim de responder a preocupações relacionadas com o projeto. As comunidades e indivíduos afetados pelo projeto podem submeter as suas queixas/reclamações ao painel de inspeção independente do BM que determina se ocorreram ou poderão ocorrer danos, como resultado do incumprimento por parte do BM das suas

políticas e procedimentos. As queixas/reclamações podem ser apresentadas em qualquer altura após as preocupações terem sido levadas diretamente ao conhecimento do Banco Mundial, tendo sido dada à Direção do Banco uma oportunidade de responder.

Para informações sobre como submeter queixas ao Serviço de Reclamações do Banco Mundial (SGR), por favor visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>. Para informação sobre como submeter queixas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, por favor visite www.inspectionpanel.org.

De salientar que existe atualmente um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR) implementado e gerido pela UGPE para toda a carteira de projectos do Banco Mundial em Cabo Verde. Este MGR será também utilizado para o Projeto, continuando a ser gerido pela UGPE de modo a evitar duplicações desnecessárias e a dar continuidade ao trabalho já iniciado, inclusivamente de divulgação do mecanismo junto das comunidades.

O MGR existente tem em conta formas culturalmente adequadas de lidar com as preocupações das comunidades. Foram especificados processos para documentar reclamações e preocupações, incluindo compromissos de prazos para resolver questões. Portanto, durante esta fase o MGR continuará a ser comunicado a todos os grupos de interessados durante cada atividade de envolvimento, planeada, e serão realizadas comunicações especiais com os grupos vulneráveis identificados em cada sítio de implementação do projeto.

7.1. Descrição do mecanismo de gestão de reclamações

As reclamações e as queixas serão tratadas a dois níveis principais de gestão, compostos por: i) nível local; ii) nível central. Dependendo da complexidade da reclamação e do canal de receção utilizado pelo reclamante, as reclamações serão tratadas a nível local pelo Ponto Focal de Reclamações em cada entidade envolvida e/ou a nível central pelos Especialistas Ambiental e Social do MIOH e representantes-chaves da implementação do projeto. Para tal, serão constituídos Comitês Locais de Gestão de Reclamações (CLGR) e um Comité Central de Gestão de Reclamações (CCGR) a nível central.

Assim, em cada município abrangido pelo Projecto será criado um CLGR.

Cada CLGR é composto pelos seguintes representantes: Câmara Municipal (coordenação); Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente e/ou da instituição envolvida na execução do Projeto; Sociedade Civil (a ser escolhido pelas comunidades); representantes de Pessoas Afetadas pelo projeto (PAP) ou susceptíveis de serem deslocizadas; e grupos vulneráveis (mulheres e crianças).

Antes do início da implementação das atividades de cada subprojecto, a ICV / ECV procederá à actualização das informações desse subprojecto junto aos CLGR.

A missão do CLGR consiste na sensibilização/informação do público em geral sobre o MGR, sistemas de recolha, documentação e processamento de todas as reclamações, sugestões e observações recebidas por forma a encontrar soluções adequadas.

Os CLGR deverão relatar à UGPE todos os processos de reclamação, sugestões e observações, incluindo os resolvidos a nível local.

Com o objectivo de conseguir uma maior proximidade com as comunidades, serão estabelecidos pontos focais comunitários, para facilitar a recolha de sugestão e reclamações sobre o projeto e seu encaminhamento para os CLGR.

Os pontos focais são definidos por indicação da própria comunidade, em sessões de consultas públicas agendadas para socialização do MGR.

A UGPE encaminhará para os Especialistas Ambiente e Social do MIOTH todas as reclamações que tenha recebido (independentemente do canal de receção).

A nível central, será criado um Comité Central de Gestão de Reclamações (CCGR), composto pelo gestor do projeto, pontos focais da ICV e ECV e os Especialistas Ambientais e Sociais do MIOTH, com o apoio da UGPE. A análise das reclamações relacionadas com os processos de reassentamento deverão contar também com o envolvimento da DGPCP.

O CCGR recebe e processa todo e qualquer tipo de reclamações a serem tratadas a esse nível, em particular as relativas à execução dos projetos. Compete ainda ao CCGR gerir todas as reclamações recebidas diretamente ou recolhidas a nível das instituições beneficiárias. O CCGR reúne-se regularmente mensalmente ou de imediato, em caso de situações de emergência.

O MGR contempla as seguintes etapas:

Passo 1: Apresentação da reclamação;

Passo 2: Receção, registo e categorização da reclamação;

Passo 3: Reconhecimento da receção da reclamação;

Passo 4: Investigação da reclamação;

Passo 5: Apresentação de proposta de medidas de reclamação, ao reclamante;

Passo 6: Implementação das medidas acordadas:

- a. Se se chegar ao acordo a nível local: implementação das medidas acordadas;
- b. Se não se chegar ao acordo a nível local: encaminhar a reclamação para o nível central;
- c. Se for alcançado um acordo a nível central: implementação das medidas acordadas;
- d. Se não se chegar ao acordo a nível central: encaminhar a reclamação para o nível independente;
- e. Se for alcançado um acordo a nível independente: implementação das medidas acordadas;

Passo 7: Registar acordo alcançado e encerrar a reclamação

Passo 8: Se não se chegar a acordo a nível independente, informar/aconselhar o reclamante sobre o seu direito ao recurso judicial.

Os prazos a serem cumpridos na aplicação do mecanismo são os seguintes:

Tabela 14. Prazos de execução das etapas de tratamento das reclamações

Etapas	Processo	Prazos
1	Receber, registar e categorizar as reclamações e as queixas	no prazo de 24 horas
2	Reconhecer a receção das reclamações e das queixas	dentro de 72 horas
3	Investigação de queixas, incluindo entrar em contacto com o queixoso	no prazo de 24 horas
4	Chegar até ao queixoso e propor medidas resolutivas	no prazo de 7 dias
5		no prazo de 14 dias

	Se for alcançado um acordo a nível local (Ponto Focal das reclamações): implementação das medidas acordadas	
6	Se não se chegar a acordo a nível local: transferir a queixa para ser tratada ao nível central	no prazo de 7 dias
7	Se for alcançado um acordo a nível central implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
8	Se não se chegar a acordo a nível central: agravar a queixa para o nível independente (professores universitários, ONG, especialistas, etc.)	no prazo de 7 dias
9	Se for alcançado um acordo a nível independente: implementação das medidas acordadas	no prazo de 14 dias
10	O registo chegou a acordo, encerra-se a queixa	dentro de 48 horas

Será estabelecido um processo de recurso no âmbito do MGR para os casos em que o reclamante não fique satisfeito com a resolução proposta para a sua reclamação. Ciente do seu direito de utilizar os recursos judiciais a qualquer altura, e uma vez propostos todos os meios possíveis para resolver a reclamação, se o reclamante ainda não estiver satisfeito, este pode procurar a reparação da reclamação noutras instâncias.

7.2. Tipo / categoria de reclamações

O mecanismo a ser posto em prática será utilizado para apresentar queixas, comentários, pedidos/reclamações, sugestões, elogios ou questões relacionadas com a gestão e implementação do projeto.

O ponto focal do MGR organizará as sugestões e reclamações conforme a seguinte classificação:

- Procedentes: consultas, sugestões ou reclamações relativas aos projetos da UGPE financiados pelo Banco Mundial;
- Áreas protegidas: consultas, sugestões ou reclamações relacionadas com áreas protegidas, mas sem relação com os projetos da UGPE. Serão encaminhadas à DNA.
- Não procedentes: consultas, sugestões ou reclamações sem relação com os projetos da UGPE. Em caso de denúncias ou violações de legislação será recomendado ao reclamante o contacto à polícia.

Prosseguindo as consultas, as sugestões ou reclamações procedentes serão classificadas de acordo com as seguintes categorias:

- Categoria A – Reclamações relacionadas com a gestão e execução do projeto;
- Categoria B – Violência Baseada no Género e Violência Contra Crianças;
- Categoria C – Desempenho de projectos.

7.3. Procedimentos gerais para a comunicação e registo de queixas

É importante que haja várias formas de registar queixas e reclamações, e que estas formas sejam amplamente conhecidas. As queixas anónimas podem ser apresentadas e resolvidas. O projeto irá adotar os seguintes canais de admissão de reclamações e queixas:

- Linha telefónica gratuita: 800 13 14;
- Apresentação de queixa/reclamação através do formulário online depositados neste link e QRcode abaixo:
<https://forms.gle/V139UWWtVHWyMcid8> ;
- Endereço de correio eletrónico: reclamação.ugpe@ugpe.cv;
- Carta dirigida aos pontos focais do MGR nas instituições locais e centrais
- Entradas e registo de uma queixa/reclamação no livro de registo de reclamações em todas as entidades parceiras aos diversos níveis.



Outras medidas serão implementadas no âmbito do projeto para tratar queixas/reclamações sensíveis e confidenciais, incluindo as relacionadas com a exploração e abuso sexual/assédio sexual, de acordo com a nota de boas práticas sobre estas questões, que faz parte dos recursos QAS do Banco Mundial.

Quando uma queixa ou uma reclamação é recebida, independentemente do canal através do qual é submetida, deve ser documentada no Livro de Reclamações ou no documento Excel ou na Base de Dados de Reclamações e Queixas.

O circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR segue o seguinte esquema:

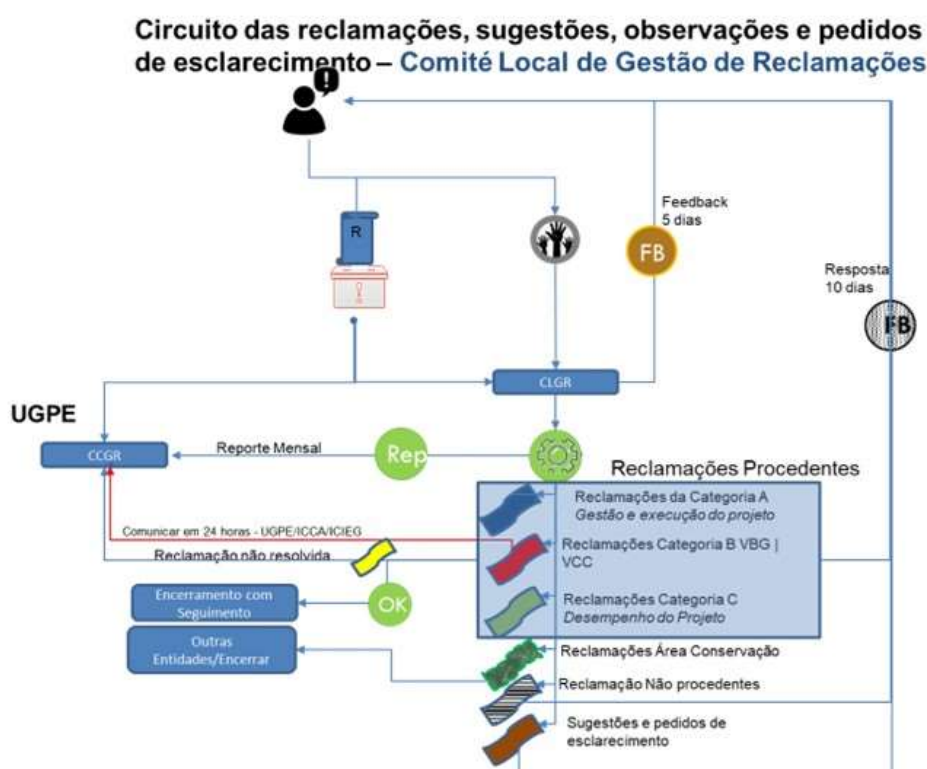


Figura 5 - Circuito das reclamações admitidas a nível do CLGR

O circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR segue o seguinte esquema:

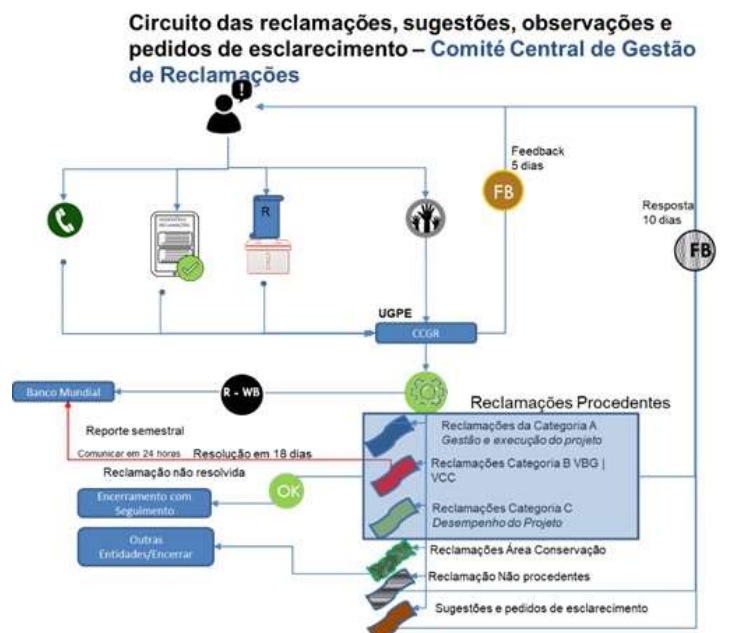


Figura 6 - Circuito das reclamações admitidas a nível do CCGR

Legenda:



7.4. Procedimentos para a comunicação e registo de queixas de VBG/EAS/AS e VCC

Os CLGR estabelecidos a nível local nas áreas de intervenção, recebem todas as reclamações relacionados com o processo de implementação do projeto e realizam uma

análise e avaliação prévia dos fatos ou eventos. O CLGP deve, em colaboração com a EAS, assegurar o bom funcionamento do procedimento de queixas/tratamentos, exceto para queixas relacionadas à SEA/HS e à violência contra crianças (VCC). Mesmo assim, todos os pontos focais recebem formação em atendimento a vítimas de VBG/EAS/AS.

Reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS e violência contra crianças (VCC) são imediatamente encaminhadas pelo Ponto focal de gestão de reclamações do CLGR para o ICIEG (telefone: 132) ou por contato direto com o ponto focal do ICIEG, em todos os municípios do país, ou para o ICCA, respetivamente, com o conhecimento d especialista ambiental e social do projeto.

O ICIEG é atualmente, e com base no memorandum de entendimento em vigor, a entidade responsável para prestar serviços aos sobreviventes de casos de VBG relacionados com os projetos geridos pela UGPE, incluindo: (i) atendimento em saúde; (ii) atendimento psicossocial; e (iii) apoio jurídico, seguindo as normas e diretrizes globais e da instituição.

Deve-se observar que o comitê local somente encaminhará a reclamação à UGPE para ação administrativa.

7.5. Ficha de resumo das reclamações

A folha de resumo da queixa é um documento preenchido pela UGPE ou pelo perito ambiental e social da UGPE, dependendo do caso. A folha de resumo da queixa contém as seguintes informações: número da queixa; descrição da queixa; estrutura responsável pelo tratamento da queixa; resultante das medidas recomendadas; data prevista de processamento.

7.6. Relatório de tratamento das reclamações

O relatório de tratamento de reclamações é um documento de síntese preenchido trimestralmente pelo perito ambiental e social da UGPE. O relatório fornece informações sobre o seguinte: número de queixas registadas durante o período, resumo dos tipos de queixas, número de queixas tratadas, número de queixas não tratadas, com explicações de apoio.

Os queixosos serão continuamente informados do progresso e dos detalhes do processamento das suas queixas.

7.7. Informação ao público sobre o MGR

As equipas ambientais e sociais da UGPE e do MIOTH e as instituições Parceiras devem comunicar em cada ocasião apropriada a existência de um mecanismo de gestão de reclamações e encorajar todas as partes interessadas potencialmente afetadas pela implementação do projeto a utilizá-lo.

As equipas ambientais e sociais da UGPE e do MIOTH devem fazer a socialização contínua do mecanismo para todas as categorias de intervenientes.

7.8. Recurso à justiça

Os reclamantes insatisfeitos podem tomar medidas administrativas ou legais em qualquer altura quando as suas preocupações não tiverem sido resolvidas.

8. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS

8.1. Participação das partes interessadas nas atividades de monitorização

A monitorização e avaliação da implementação das atividades do projeto e dos impactos sociais associados visa assegurar, por um lado, que as medidas de mitigação propostas sejam implementadas de acordo com o planeamento aprovado e, por outro, que os resultados esperados sejam alcançados. A monitorização e avaliação também preveem a implementação de medidas corretivas adequadas para resolver e superar dificuldades e assegurar que o objetivo principal do projeto seja alcançado e que as partes interessadas participem de forma inclusiva e participativa em todas as fases do processo.

É aconselhável envolver os interessados, através da representação, no acompanhamento das atividades de execução.

8.2. Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas

O PEPI será regularmente revisto e atualizado, conforme necessário, durante a implementação do projeto para assegurar que a informação nele apresentada é consistente e atualizada, e que os métodos participativos identificados permanecem adequados e eficazes em relação ao contexto do projeto e às fases específicas do seu desenvolvimento. Quaisquer alterações significativas nas atividades relacionadas com o projeto e o seu calendário devem ser devidamente refletidas no PEPI. Resumos semestrais e relatórios internos sobre as reclamações, inquéritos e incidentes relacionados, e sobre os progressos na implementação das ações preventivas e/ou corretivas relacionadas serão submetidos à direção do projeto. Os resumos fornecerão um mecanismo de avaliação tanto do número como da natureza das reclamações recebidas, os pedidos de informação, assim como demonstrará a capacidade do projeto de tratar essas queixas de uma forma atempada e eficaz.

A informação sobre atividades de envolvimento público empreendidas pelo Projeto durante o ano pode ser transmitida às partes interessadas de duas formas possíveis:

- Publicação de um relatório anual autónomo sobre a interação do projeto com as partes interessadas.
- Os indicadores chave de desempenho para monitorizar o progresso na implementação do PEPI, apresentados na secção 5.5, serão monitorizados pelo Projeto numa base regular. O especialista e social do MIOTH trabalhará em estreita colaboração com as restantes entidades envolvidas para produzir dados para a monitorização do Quadro de Resultados e preparar relatórios mensais para divulgação ao Coordenador do Projecto, para a tomada de decisão informada e correção do curso, quando necessário.

O relatório será utilizado para tomar decisões informadas e as medidas corretivas adequadas com base nas suas recomendações. No final do projeto, um relatório de conclusão da implementação e de resultados abrangerá a realização de cada uma das componentes do projeto, aprovisionamento, gestão financeira, reparação de queixas e envolvimento dos cidadãos, salvaguardas, disseminação e utilização de dados, cumprimento de pactos legais, e lições aprendidas (positivas e negativas). Os relatórios, incluindo as lições aprendidas, serão amplamente divulgados aos interessados, incluindo às organizações da sociedade civil e ao público.

9. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO

O PEPI dever ser tomado como um documento dinâmico, passível de ser revisto e actualizado e, dessa forma, permanecer relevante, eficaz e alinhado e com os objectivos e evolução do Projecto e dos seus subprojectos.

Assim, o MIOth deverá adoptar um processo segundo a qual os seus Especialistas Ambiental e Social articularão com os pontos focais da ICV e ECV e com a UGPE com uma periodicidade no mínimo anual para avaliar a necessidade de proceder a alguma revisão do PEPE, tendo em conta:

- os resultados da monitorização da implementação do PEPI e da operação do MGR e quaisquer ensinamento que possam daí ser retirados;
- sugestões ou recomendações apresentadas pelas partes interessadas;
- a evolução do próprio projecto (por exemplo em termos do número, localização e calendarização dos subprojectos) ;
- quaisquer outras alterações do enquadramento do Projecto.

Se em resultado dessa avaliação se identificar a pertinência de actualização do PEPI, o MIOth deverá desencadear as actividades que sejam necessárias para tal, incluindo um processo de consulta com as partes interessadas que sejam relevantes para o efeito, bem como com o Banco Mundial (que deverá acompanhar o processo e aprovar o resultado da actualização).

Anexo 1 – Resumo das Consultas Efectuadas

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
10/01/23	MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO	<u>Preocupações da equipa camararia e instituições locais.</u> Envolvimento atempado de parceiros como a Electra e ADS tendo em conta os trabalhos previstos para colocação de fios subterrâneos. Celeridade nos trabalhos de criação de acessos alternativos para resolução do congestionamento da cidade em dias de festas ou casos de acidente principalmente. Necessidade de complementaridade entre diferentes projetos financiados pelo Banco Mundial, com actuação no município. Preocupações relativamente ao tempo de execução das obras. <u>Preocupações da comunidade.</u> Salvaguardas dos aspetos históricos da cidade. Necessidade de apresentação do projecto à comunidade para contribuições. Questões de segurança durante a fase de construção. Inclusão de pintura de casas das famílias mais carenciadas no processo de reabilitação. Preocupações relativamente a paralisação de rede de água durante a construção e inclusão de aspectos de salvaguardas relacionados a danos na rede durante as obras e a responsabilização dos empreiteiros. <u>Apresentação do MGR</u> As partes interessadas foram informadas sobre o mecanismo de gestão de reclamação existente na UGPE e os procedimentos associados. Não obstante ainda foram abordados aspetos relativamente a futuros momentos de socialização e foi apontado um membro da comunidade para integrar posteriormente o comité local de gestão de reclamação a ser criado após PPA do projecto.
12/01/23	MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO	<u>Preocupações da equipa camararia e instituições locais.</u> Consulta à DGASP para conhecer as estradas contempladas e melhor entender o projeto de requalificação da bacia, por forma a analisar pontos de complementaridade entre os dois projetos no sentido de maximizar os resultados; Preocupações relativamente a alguns traçados, no sentido de tornar os mesmos mais curtos; Articulação deste subprojecto com os subprojectos incluídos em outros projetos financiados pelo Banco mundial; Preocupações relativamente ao tempo de execução das obras e a qualidade da mesma; Sugestão de inclusão de um mini cais em Porto Mosquito e outras condições para descarga local do pescado; Sugestão de alargamento de fábrica de pescado existente em porto mosquito. <u>Preocupações da comunidade de Belém</u> Questões de segurança durante a fase de construção de estrada para evitar queda de pedras.

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		Alternativas de acesso, uma vez que utilizam a estrada para travessia de animais. Solicitam alcatrão na nova estrada. Solicitam urgência na construção de estradas, tendo em conta que a actual está em péssimas condições e causam os seguintes constrangimentos: ▪ Acordam de madrugada 2 ou 3 horas para poderem colocar os produtos agrícolas na cidade; ▪ Os gastos com viaturas são elevados pelo que não há transporte de passageiros e tem que usar viaturas para transporte de mercadorias para chegar a cidade. ▪ O serviço de ambulância não consegue deslocar à comunidade, pelo que em caso de doenças recorrem a viaturas de mercadorias ou viaturas da Câmara Municipal. ▪ Os estudantes também não têm meios de transporte devido a condições das estradas. ▪ Os gastos com manutenção de viaturas são semanais e com pneus mensais devido as más condições da estrada. ▪ O transporte em viaturas de mercadoria até a cidade é desconfortável e não garante as condições de higiene. <u>Preocupações da comunidade de Tronco e Pico Leão.</u> Solicitam urgência e priorização do projecto de reabilitação da estrada, tendo em conta as seguintes justificativas: ▪ Perdas e danos nos produtos agrícolas durante o transporte até a cidade; ▪ Gastos com o escoamento dos produtos devido ao transporte de pequenas quantidades para evitar danos; ▪ Transporte de pessoas juntamente com animais devido a ausência de transporte de passageiros; ▪ Necessidade de desencravamento e alavancagem da comunidade que tem muito potencial agrícola e de turismo rural; ▪ Situação de casos de morte durante o transporte devido a falta de condições de circulação; ▪ Nº de transporte reduzido; ▪ Ausência de investimento de emigrantes devido as condições da estrada; ▪ Os produtos agrícolas são recolhidos no dia anterior porque o transporte é de madrugada e muitas vezes não chegam frescos à cidade; ▪ Tem muitos problemas com manutenção de viaturas, com custos avultados devido as condições das estradas; ▪ Estão com problemas de abastecimento de água porque os autotanques não conseguem circular na estrada nas condições atuais; ▪ Muitas vezes demoram dois dias com doentes em casa antes de conseguir transporte e alguns ficam com sequelas; ▪ Em épocas de chuva a comunidade fica isolada e as crianças tem que dormir na comunidade de belém para poderem frequentar a escola, caso contrário perdem dias de aula; ▪ As crianças acordam de madrugada para percorrer caminhos a pé até o ponto de paragem de transporte; ▪ Em épocas de chuvas os doentes são transportados a pé; ▪ Em tempo de chuvas não conseguem escoar produtos agrícolas porque as cheias isolam a comunidade; ▪ Não conseguem reabilitar suas casas porque a aquisição de matérias de construção civil fica excessivamente caro devido as condições de transporte;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		▪ Há perda da população devido a condições da estrada; ▪ As crianças do liceu que tem educação física a tarde chegam a casa a noite com risco para a sua segurança; ▪ Muitas pessoas têm terreno e não estão a trabalhar a agricultura devido a condições da estrada; ▪ Algumas culturas como o morango por exemplo não são cultivadas porque não conseguem enviar o produto fresco para o mercado; Solicitam a construção de estradas acompanhados de espaços de lazer; Solicitam a contratação de dos jovens que não trabalham durante a fase das obras; Informaram que tanto mulheres como homens trabalham ligados à agricultura e pecuária e que só necessitam da estrada para tornar o negócio mais sustentável. <u>Apresentação do MGR</u> As partes interessadas foram informadas sobre o mecanismo de gestão de reclamação existente na UGPE e os procedimentos associados. Não obstante ainda foram abordados aspetos relativamente a futuros momentos de socialização.
05/01/23	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE MINDELO	<u>Principais preocupações declaradas pelos presentes:</u> • Há um risco de envolvimento das partes interessadas ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento do projeto • Há um anseio com a data de arranque. A municipalidade garante que existem condições locais para pôr em marcha todas as intervenções planeadas mesmo que em simultâneo. A equipa da Câmara está disponível para trabalhar em todas as frentes em consideração. <u>Principais preocupações declaradas pelos presentes:</u> • Há um risco de envolvimento das partes interessadas ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento do projeto • Há um anseio com a data de arranque. A municipalidade garante que existem condições locais para pôr em marcha todas as intervenções planeadas mesmo que em simultâneo. A equipa da Câmara está disponível para trabalhar em todas as frentes em consideração. • Há uma preocupação da Camara Municipal para que as empresas e as pessoas locais sejam positivamente discriminadas nas oportunidades de emprego e contratação de serviços associados aos projetos. • Existem muitas habitações não regularizadas no local. As propriedades não têm registos, apesar da iniciativa da Camara Municipal de regularizar os lotes e as habitações. • Há risco de surgimento tardio de “donos de terrenos informais” que possam ser ocupados pelas intervenções do projeto. • Há risco de perda de emprego das aguadeiras.
19/06/23	MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS Reabilitação da orla costeira de Praia Baixo	<u>Interesses e as preocupações da comunidade</u> Os participantes do encontro comunitário são representativos da comunidade, em termos de grupos de interesse e de gênero. Os seus interesses e preocupações podem ser resumidos nos seguintes:

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		• O projeto deve atender a necessidades da população mais jovem e a melhoria das oportunidades e competitividade deste público abrangendo a construção de espaços desportivos, praças digitais com acesso à internet gratuita, miradouros onde podem ser instalados quiosque de alimentação para a geração de emprego local; • A comunidade solicita que o projeto integre as infraestruturas de apoio à pesca, aos pescadores e às peixeiras, incluindo uma plataforma para a ancoragem dos botes, um espaço equipado para o tratamento do pescado, um espaço “casa do pescador” para armazenar os motores e outros equipamentos de pesca que são considerados prioritários e essenciais para a economia local; • Os pescadores sofrem de falta de gelo para a conservação do pescado e isso pode ser resolvido se o espaço de produção de gelo existente for beneficiado com obras de reabilitação; • Há necessidade de um posto de venda de combustível mais próximo da localidade para se evitar tanto o tempo como os custos despendidos no deslocamento para obter combustível fora da zona; • Apesar de perceberem o âmbito do projeto, os participantes entenderam oportuno expor outras necessidades, procurando acolhimento dos mesmos, ou favorecimento da sua mobilização, nomeadamente: ○ as vias de acesso às localidades em terra abatida ou calcetadas estão em mau estado de circulação e precisam ser reabilitadas; ○ Há falta de condições estruturais no Jardim infantil e na unidade sanitária de base existentes e carecem de reabilitação; ○ Nas proximidades da orla costeira existem pessoas pobres e vulneráveis a viver sob o risco de desabamento das suas habitações, que carecem de intervenções imediatas de reabilitação, incluindo a pintura do exterior. ○ As áreas agrícolas de Praia Baixo necessitam de beneficiação com infraestruturas de mobilização da água dessalinizada para agricultura para mitigar os efeitos nefastos da salinização das águas subterrâneas devido às secas; ○ A higiene do local é comprometida por animais criados a solta, nomeadamente cães e porcos que precisam de espaços de criação como pocilgas comunitárias e de medidas de controlo efetivas. As iniciativas de gestão ambiental e social do projeto devem dar atenção ao reforço da consciencialização da população sobre o código de postura municipal, especialmente sobre as boas práticas na criação de animais, evitam que estes andem à solta.
20 e 21/06/23	MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO Requalificação Urbana de Rincão	<u>Interesses e preocupações da CMSC relativas à requalificação urbana de Rincão</u> As preocupações da CMSC e parceiros institucionais com <u>requalificação urbana de Rincão</u> prendem-se com as seguintes: • Devido à complexificação da estrutura da vila de Rincão, exige-se que todas as ruas da vila sejam reabilitadas; • Há famílias a desalojar definitivamente das suas moradias para facilitar as construções, famílias estas que incorrem ao risco do reassentamento involuntário; • O reassentamento deve-se à falta de alinhamento das ruas, às construções não planeadas, que limitam o estabelecimento de trajetos viáveis; • Cheias, movimentos de massa, subidas de água do mar, inundação por cheias são os principais riscos das mudanças climáticas para esta zona piscatória de “Baixo La” onde residem 14 famílias; • O reassentamento total destas famílias deve ser conduzido no âmbito da execução do projeto;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		- Há necessidade de uma reabilitação profunda da rede de abastecimento de água, e construção da rede de drenagem de águas residuais com ETAR, o apoio à construção de casas de banho familiares com ligação à rede de esgotos; - As necessidades da juventude devem ter mais expressão no projeto por via da inclusão de mais espaços públicos. Além da praça já considerada deve-se considerar a reabilitação do polidesportivo; O plano detalhado da vila de Rincão, que inclui a expansão urbana em fase de construção, está concluído e deve ser o documento orientador da conceção do projeto de qualificação; Alguns projetos inscritos no plano detalhado estão construídos. O campo de Rincão, a requalificação da orla marítima e a reabilitação da unidade sanitária de base estão em fase de arranque. <u>Reunião Comunitária - Interesses e preocupações da população de Rincão</u> A Reunião comunitária em Rincão teve como principal objectivo a auscultação das comunidades sobre as suas expectativas e preocupações relativas ao desenvolvimento do subprojeto e recolha de subsídios. A mobilização da população para a reunião comunitária foi feita com 6 dias de antecedência pela CMSC através das suas antenas locais, ou seja, trabalhadores que atuam a nível da localidade. A reunião comunitária realizou-se na Escola Básica local e foi conduzida pelos representantes da UGPE, ICV, CMSC e do Banco Mundial com a presença de 26 membros da comunidade, sendo 9 do sexo feminino e 17 do sexo masculino. A reunião contou com a participação da representante da Associação de Peixeiras de Rincão, uma organização que está constituída e cuja intervenção ainda é incipiente. A participação foi representativa em termos de género e equilibrada em termos de poder de fala. <u>Interesses e as preocupações da comunidade</u> Os seus interesses e preocupações da comunidade que esperam ser atendidas ou serem facilitadas com a implementação do projeto proposto incluem os seguintes: - A eletrificação da vila é precária colocando as pessoas em risco de eletrocussão pois encontra-se com facilidade fios com corrente elétrica a nível do solo; - Muitas habitações são inacessíveis através de carro por falta de ordenamento das construções. A zona de expansão requer intervenção sistemática e continua de ordenamento e fiscalização para evitar que esta situação seja perpetuada; - Há risco de saúde pública derivado da falta de gestão dos resíduos urbanos, depositados na natureza. Adicionalmente, há convivência de crianças e animais à solta nas ruas e a população é consciente das doenças que advêm desta situação. - Requer-se o funcionamento de um sistema de recolha de resíduos urbanos, um apoio para as famílias carenciadas para construírem casas de banho, o deslocamento da zona das pocilgas e do bebedouro dos animais para fora do centro da vila, uma maior sensibilização da população e uma maior fiscalização das condutas por parte das autoridades; - Há falta de água na vila. O abastecimento é intermitente e a população não dispõem de sistemas de armazenamento de água a nível domiciliar. O Chafariz (fontenário) foi encerrado, mas vê-se a necessidade de ser reaberta para ajudar a suprir as necessidades de água quando há falhas no abastecimento de água;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		• Há falta e espaços públicos para acolher e proporcionar lazer e recreação a crianças e jovens que se encontram muitas vezes nas ruas enquanto os pais andam a trabalhar fora da vila. Algumas mães levem o filho às costas para exercerem a sua atividade geradora de rendimento, na maioria dos casos a venda de peixe numa banheira à cabeça incorrendo a riscos à saúde; • Cresces, centros de estudos, polidesportivo são algumas das estruturas citadas como relevantes para reverter estas necessidades; • Há necessidade de infraestrutura de restauração e hotelaria para acolher os visitantes esperados no âmbito do desenvolvimento da rota do turismo especialmente ligados ao Parque natural de Baía dos infernos; • Um posto policial em Rincão é uma grande necessidade. • Famílias vulneráveis vivem em habitações em risco de desabamento e sem casas de banho e precisam de apoio do governo para reabilitá-las;
20 e 21/06/23	MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO Reabilitação da Estrada Pingo-Chuva- Saltos	<u>Interesses e as preocupações da comunidade</u> Os interesses e preocupações da comunidade que esperam ser atendidas ou serem facilitadas com a implementação do projeto proposto incluem os seguintes: • As curvas e contracurvas da atual via de circulação precisam ser reduzidas para ajudar a evitar acidentes; • A falta de água associada ao período seco do ano e às secas cíclicas é uma preocupação da comunidade que não deve ser piorada durante as obras. • A reabilitação da rede de abastecimento de água e iluminação pública devem acompanhar as obras da estrada; • A população quer que se evitem situações de penúria de água na decorréncia de falhas nas ligações causadas pelas obras, situação esta que já testemunharam durante a 1ª fase da construção da estrada; • Paragens na execução das obras devem ser evitadas pois a estrada é a principal alternativa de acesso ao centro da cidade, tanto por alunos do ensino secundário, jovens e pessoas que trabalham fora da cidade. • Os principais beneficiários da estrada são os condutores, e a população ativa que trabalha especialmente na venda informal e custeia um transpor de 200 escudos diários para a cidade, e pessoas necessitando assistência de saúde somente disponível em cruz grande; • Uma fiscalização apertada da obra deve ser garantida para evitar que os empreiteiros falham na qualidade da obra, pois as ações de reabilitar/manutenção/reparos são difíceis de ocorrerem; • A localização das casas muito próximas da estrada preocupa aos moradores, que querem conhecer com antecedência a situação de permanência ou não destas habitações com a execução do projeto e que medidas de realojamento podem ser apontadas. São matérias a enquadrar no PAR do subprojeto. • Durante à construção, devido à passagem de viaturas pesadas e máquinas da obra, há o risco de desabamento de algumas moradias que apresentam anomalias na sua estrutura. Estas situações devem ser bem avaliadas no âmbito de avaliação dos riscos e impactos ambientais e sociais da intervenção e propor medidas de mitigação cabíveis; • Estrada Sema que liga a comunidade de Saltos a Flamengos precisa ser melhorada de forma a permitir o seu uso como estrada alternativa durante o período das obras e garantir a manutenção da mobilidade das pessoas;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		Os jovens perspetivam maior oportunidade de emprego durante as obras, requerem mais espaços públicos como praças e parques infantis.
20 e 21/06/23	MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO Reabilitação da Estrada Fundura - Ribeira da Barca	<u>Interesses e as preocupações da comunidade</u> Os participantes do encontro comunitário são representativos da comunidade, em termos de grupos de interesse e de gênero, envolvendo condutores, pescadores, peixeiras, comerciantes e outros membros da comunidade. Os seus interesses e preocupações podem ser resumidos nos seguintes: - Há um interesse comum pela execução das obras de reabilitação das estradas. A velocidade excessiva, a superlotação das viaturas são características da circulação na atual via; - Mais sistemas de segurança na estrada incluindo a iluminação das vias, bermas, sinalização vertical, quebra-molas, áreas de acostamento, entre outros, precisam ser inseridas no projeto de construção da estrada, - A mudança do percurso de forma a eliminar a descida “Riba Bequinho” é unanimemente apoiada, por receio das frequentes e inesperadas quedas de rochas; - Houve testemunhos de pessoas que sofreram na 1ª pessoa o acidente da queda de rochas na estrada e que teve de assumir unilateralmente os danos. Condutores expressaram os sucessivos estragos e avarias nas viaturas associados à falta de condições de circulação que enfrentam na atual via; - Dois percursos alternativos são apontados, sendo 1 – a alternativa mais desejada para o lado do cemitério e a 2ª alternativa a via Quinto lanço onde exigirá a construção de uma ponte; - A estrada deve estender-se até ao Porto de Ribeira da Barca e culminar com a reabilitação do Cais de Ribeira da Barca, um projeto que se encontra em desenvolvimento pela Câmara Municipal; - A melhoria da drenagem das águas pluviais e o controlo de inundações pelas cheias, a iluminação do centro da vila, a requalificação da esplanada e construção de uma casa de banho pública são projetos que carecem de intervenção no âmbito da reabilitação da estrada; - Há falta de emprego para jovens e a construção deve garantir maior empregabilidade da mão de obra local; - A população ainda destaca a falta de condições recomendadas no posto sanitário local, a falta de uma ambulância no local para atender a emergências, a falta de gestão dos resíduos urbanos que deixam um especto pouco higiénico nas ruas, a falta de casas de banho familiares e públicas que requerem uma intervenção pública e devem acompanhar o projeto da reabilitação da estrada; - Crianças em idade escolar, pescadores e peixeiras, condutores e a população em busca de assistência na saúde são os grupos que mais beneficiarão dos investimentos na estrada;
27 e 28/06/23	MUNICÍPIO DE MOSTEIRO	<u>Interesses e as preocupações da comunidade</u> Há expectativas da população de que, devido a este projeto, mais postos de trabalho serão desenvolvidos no local, tanto temporários, associados à fase de construção, como permanentes, relativamente à criação de mais oportunidades de investimento no local com a via de acesso construída conforme proposto pelo projeto;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
	Reabilitação da orla costeira de Queimada Guincho	- Os pescadores e peixeiras manifestam que a sua beneficiação pelo projeto como está previsto pode ser igual a qualquer membro da comunidade, em termos de melhor meio de circulação. De facto, no momento atual e para o seu futuro, as opções que resolvem os seus problemas devem integrar as infraestruturas de apoio à pesca, nomeadamente: um cais de pesca enquadrado na extensão do projeto; um melhor equipamento do estabelecimento de tratamento de pescado, com máquina de gelo; um maior acesso a financiamento para pescadores e peixeiras; um apoio com arcas de congelamento do pescado, especialmente para suprirem os 5 meses de carência da pesca que costuma ocorrer entre os meses de outubro a fevereiro, onde não se pesca no local por falta de condições meteorológicas. - A população defende que devem ser reforçadas as ações de sensibilização da comunidade e dos operadores de pesca para uma melhor gestão da atividade, incluindo o pagamento pelos serviços prestados na casa do pescador, assim como a limpeza do local de tratamento do pescado. - Os comerciantes e responsáveis pelos estabelecimentos hoteleiros prevêm benefícios ao desenvolvimento de suas atividades, com a melhoria das condições de mobilidade na área, que garantirá um maior público a frequentar os espaços e gerar receitas de seus negócios. <u>Interesses e preocupações da Câmara Municipal dos Mosteiros</u> - A cidade dos Mosteiros está sob risco eminente de bloqueio da estrada que estabelece a sua conectividade com o norte da ilha (São Filipe), devido a deslizamentos de rochas de dimensões que ultrapassam a capacidade de intervenção existente na ilha. Tem registo recente destes problemas, e se prevê que estes eventos se repitam, especialmente durante o período das chuvas. - Há necessidade de melhoria de alternativas de vias de circulação é crucial para mitigar este risco existente. - É do interesse do Município e seus munícipes que o projeto venha criar uma via rápida alternativa marginal para descongestionar o trânsito no interior dos Mosteiros, criar uma pedonal para passeio matinal, criar espaços verdes urbanos, e expandir a urbanização da cidade. - Visto que está em curso um redesenho do projeto, é importante ainda adicionar ciclovias, estacionamento, passeios, placas desportivas costeiras ao projeto. - É desejável que este projeto de requalificação seja conciliado à reabilitação da circular da cidade, onde se prevê a reabilitação de 6 km de estrada em asfalto aproveitando de diversas sinergias entre si e garantindo a plena operacionalidade da rede viária da cidade.
27/06/23	INFRAESTRUTURAS DE CABO VERDE (ICV)	Registaram-se os seguintes resultados do encontro: - Apresentação do projeto PRRA feita pelos administradores. Experiência adquirida e constrangimentos registados durante a execução do projeto: - Articulações com os municípios em matéria de identificação de projetos e acompanhamento da execução;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		○ Organização institucional. Contratos-programa. ○ Repartição de responsabilidades. • Experiência adquirida e constrangimentos registados durante a execução de projetos financiados pelo Banco Mundial; • Fornecimento, através da UGPE, de estudos e projetos de requalificação urbana concluídos ou em elaboração;
27/06/23	ESTRADAS DE CABO VERDE (ECV)	Registaram-se os seguintes resultados do encontro: • Apresentação do projeto PRRA feita pelos administradores. Experiência adquirida e constrangimentos registados durante a execução do projeto: ○ Articulações com os municípios em matéria de identificação de projetos e acompanhamento da execução; ○ Organização institucional. Contratos-programa. ○ Repartição de responsabilidades. • Experiência adquirida e constrangimentos registados durante a execução de projetos financiados pelo Banco Mundial; • Fornecimento, através da UGPE, de estudos e projetos de requalificação urbana concluídos ou em elaboração.
27/06/23	DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DGPCP)	Registaram-se os seguintes resultados do encontro: • Articulação estreita com a DGPCP, visando a cabimentação orçamental de verbas para fazer face a indemnizações provenientes do reassentamento físico e económico das pessoas afetadas pelo projeto.
27/06/23	DIREÇÃO GERAL DO TRABALHO (DGT)	Registaram-se os seguintes resultados do encontro: • Obtenção de informações sobre o acompanhamento de processos de conflitos laborais; • Obtenção de informações e esclarecimentos relativamente à legislação laboral. Tratamento de trabalhadores emigrantes em situação legal ou não (obrigatoriedade dos contratos assinados com emigrantes em situação ilegal serem visados pela DGT; • Acordo de princípio sobre a necessidade de assinatura de um protocolo de entendimento entre a DGT e a UGPE, relativamente à gestão de conflitos laborais e mecanismos de gestão de reclamações.
28/06/23	CABO-VERDIANO PARA A IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO (ICIEG)	Registaram-se os seguintes resultados do encontro: • Obtenção de informações e esclarecimentos sobre o acompanhamento de processos de situações de VBG e acompanhamento e apoio às vítimas de VBG, designadamente através dos Centros de Atenção às Vítimas de VBG, que, segundo informações, funcionam em todos os municípios. Existem representações em todos os municípios à exceção de São Vicente, São Filipe, Mosteiros e Boa Vista, funcionando nas câmaras municipais. • Obtenção de informações e esclarecimentos relativamente à aplicação de legislação em vigor; • Obtenção de informações e esclarecimentos relativamente sobre os Mecanismos de receção e registo de denúncias; • Necessidades de articulação do ICIEG com Mecanismo de Gestão de Reclamações da UGPE.

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
17/07/23	INSTITUTO MARÍTIMO E PORTUÁRIO (IMP)	Registaram-se os seguintes resultados/informações do encontro: • Apresentação dos objetivos da consulta pública; apresentação genérica do Projeto, e das suas componentes; financiamento; objetivos de desenvolvimento preconizados; justificação da necessidade de envolvimento dos parceiros na implementação do projeto. • Informações globais referentes aos requisitos ambientais e sociais a nível da legislação nacional e normas do Banco Mundial, particularmente em matéria de consulta pública e do reassentamento físico e económico. Implementação de um Mecanismo de Gestão de Reclamações. • Experiência da instituição no acompanhamento de projetos desenvolvidos na orla costeira, particularmente dos Projetos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e dos projetos de ordenamento da orla marítima em algumas cidades e vilas do país, enquadrados no PRRA: ◦ Relativamente aos POOC, a Capitania dos Portos de Sotavento é que tem acompanhado através do INGT, não havendo informações significativas a nível central do IMP. ◦ A respeito do PRRA, não houve nenhum acompanhamento do projeto por parte do IMP. ◦ Todas as zonas de jurisdição portuária são concessionadas à ENAPOR. • Relativamente a concessões referentes ao desenvolvimento de projetos na orla marítima, atualmente os processos são geridos diretamente pelo Ministério da Economia Marítima e das Indústrias Criativas. • No âmbito das suas atribuições e competências o IMP tem-se ocupado particularmente com os bens de domínio público marítimo com destaque para a segurança marítima. • Manifestação da disponibilidade de acompanhamento e colaboração por parte do IMP em todo o processo de implementação do projeto.
18/07/23	DELEGAÇÃO DO PORTO NOVO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE (MAA) CIDADE DE PORTO NOVO	Registaram-se os seguintes resultados/informações do encontro: • Apresentação, por parte dos Consultores, dos objetivos da consulta pública; apresentação genérica do Projeto, e das suas componentes; financiamento; objetivos de desenvolvimento preconizados; justificação da necessidade de envolvimento dos parceiros na implementação do projeto. • Apresentação de informações globais referentes aos requisitos ambientais e sociais a nível da legislação nacional e normas do Banco Mundial, particularmente em matéria de consulta pública e do reassentamento físico e económico. Implementação de um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR). Enquadramento da Delegação do MAA no Processo de preparação e implementação do Projeto. • Disponibilidade da Delegação, para designação de um técnico engenheiro ambiental para integrar a Comissão Local de Gestão de Reclamações, informando que o Eng.º Manuel Delgado poderá ficar como ponto focal. • Disponibilidade total da Delegação para participar em todos os assuntos deste Projeto e de todos os projetos de desenvolvimento relacionados com as suas atribuições e competências. • Sobre a experiência da instituição no acompanhamento de projetos implementados no concelho no âmbito do PRRA: ◦ Não foi transmitido nenhuma informação oficial. A Delegação não teve nenhuma intervenção;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		○ A Delegação não tem conhecimento se teria havido algum estudo de impacte ambiental; ○ Não houve nenhuma solicitação referente a situações de reassentamento físico ou económico. • O Delegado prestou as seguintes informações pertinentes: ○ Tinham vindo a enfrentar grandes problemas em matéria de capacitação técnica da Delegação a nível de quadros técnicos e ações de formação, refletindo principalmente no acompanhamento de processos AIA, referentes a projetos de investimento no concelho e na ilha; ○ Com o recente enquadramento de um engenheiro ambiental ficaram consideravelmente mais capacitados; ○ A estrada de Ribeira dos Bodes/Ribeira Fria representa uma reivindicação muito antiga das populações dessas localidades. • O Delegado apresentou as seguintes recomendações pertinentes para o projeto: ○ A estrada constitui uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento das localidades servidas, cuja principal atividade económica é a agricultura (hortícolas e fruteiras) e criação de gado; ○ Evitar no máximo possível a afetação de propriedades agrícolas corte de árvores e afetação de currais; ○ Evitar no máximo possível a afetação de furos, seja a nível de segurança, seja a nível de proteção de aquíferos subterrâneos, reduzindo ao máximo, situações de fortes vibrações, por exemplo ao recurso a explosivos (poderá não haver necessidade); ○ Na zona de Fundão, zona de início da estrada, tratando-se de uma zona de exploração de pozolanas para a indústria cimenteira, articular com as instituições responsáveis sobre as zonas de exploração atuais e futuras.
18/07/23	CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NOVO	Registaram-se os seguintes resultados/informações do encontro: • Apresentação, por parte dos Consultores, dos objetivos da consulta pública; apresentação genérica do Projeto e das suas componentes; financiamento; objetivos de desenvolvimento preconizados; justificação da necessidade de envolvimento dos parceiros na implementação do projeto. • Informações globais referentes aos requisitos ambientais e sociais a nível da legislação nacional e normas do Banco Mundial, particularmente em matéria de consulta pública e do reassentamento físico e económico. Implementação de um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR). Enquadramento da CMPN no processo de preparação e implementação do Projeto. • Disponibilidade total da CMPN para participar em todos os assuntos deste Projeto bem como em todos os projetos de desenvolvimento relacionados com as suas atribuições e competências. • Sobre a experiência da instituição na implementação dos projetos previstos para o concelho no âmbito do PRRA, a CMPN informou que foi uma experiência muito positiva a vários níveis: ○ Os projetos implementados referem-se reabilitação habitacional e requalificação urbana; ○ Os projetos foram executados através de contratos-programa assinados entre o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) e a CMPN;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		○ Houve uma participação efetiva da CMPN em todas as fases do projeto: conceção, elaboração dos projetos de financiamento, elaboração dos projetos técnicos, <i>procurement</i> e fiscalização; ○ O projeto permitiu a dinamização do empresariado local envolvendo um número de sete empreiteiros locais criando emprego e dinamizada a economia local; ○ Houve uma perfeita sintonia entre a CMPN e os responsáveis do Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH). • A CMPN prestou ainda as seguintes informações pertinentes: ○ Forte expectativa das comunidades locais da Ribeira dos Bodes e Ribeira Fria; ○ Urgência na implementação dos projetos; ○ Importância dos encontros programados, junto das comunidades locais; ○ Criação de emprego, mesmo que temporário. • Na linha das recomendações também apresentadas pela Delegação do MAA de Porto Novo, a CMPN apresentou as seguintes recomendações pertinentes para o projeto: ○ A estrada constitui uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento das localidades servidas, cuja principal atividade económica é a agricultura (hortícolas e fruteiras) e criação de gado. Evitar no máximo possível a afetação de propriedades agrícolas corte de árvores e afetação de currais. ○ Evitar no máximo possível a afetação de furos, seja a nível de segurança, seja a nível de proteção de aquíferos subterrâneos, reduzindo ao máximo, situações de fortes vibrações, por exemplo ao recurso a explosivos (poderá não haver necessidade). ○ Necessidades de salvaguarda de propriedades agrícolas, infraestruturas de captação, adução e rega, bem como infraestruturas de distribuição de água potável e eletricidade e telecomunicações; ○ Privilegiar a o emprego de mulheres e em particular as mulheres chefes de família existentes tanto nas comunidades de Ribeira dos Bodes como de Ribeira Fria.
18/07/2023	CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NOVO Estrada Ribeira dos Bodes/ Ribeira Fria Comunidade de Ribeira dos Bodes	Resume-se da seguinte forma as principais preocupações apresentadas: • Necessidade de defesa de propriedades agrícolas, furos de captação e currais e árvores de fruto; • Necessidades de escolha de um traçado diferente da atual via carroçável, em alguns troços. Caso do primeiro troço na zona de Fundão em que havia um troço fora da zona de pozolanas; • Proteção da zona de extração de pozolanas; • Criação de postos de trabalho. Foram prestados os esclarecimentos necessários, designadamente os pressupostos técnicos da elaboração de uma infraestrutura rodoviária em como os pressupostos de salvaguarda ambiental e social. Foi explicado aos presentes que se trata efetivamente da reabilitação e melhoria de uma via existente e que a diretriz, ressaltando-se a correção de alguns troços, por princípio seguirá o traçado da via existente, exatamente por razões económicas e de salvaguarda ambiental.

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
18/07/23	CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NOVO Estrada Ribeira dos Bodes/ Ribeira Fria Comunidade de Ribeira Fria	Tratando-se da mesma estrada, foram levantadas idênticas preocupações nas duas comunidades. Resume-se da seguinte forma as principais preocupações apresentadas: • Necessidade de defesa de propriedades agrícolas, furos de captação e currais e árvores de fruto; • Necessidades de escolha de um traçado diferente da atual via carroçável, em alguns troços. Caso do primeiro troço na zona de Fundão em que havia um troço fora da zona de pozolanas; • Proteção da zona de extração de pozolanas; • Criação de postos de trabalho. Foram prestados os esclarecimentos necessários, designadamente os pressupostos técnicos da elaboração de uma infraestrutura rodoviária em como os pressupostos de salvaguarda ambiental e social. Foi explicado aos presentes que se trata efetivamente da reabilitação e melhoria de uma via existente e que a diretriz, ressaltando-se a correção de alguns troços, por princípio seguirá o traçado da via existente, exatamente por razões económicas e de salvaguarda ambiental.
19/07/23	CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTO ANTÃO	Registaram-se os seguintes resultados/informações do encontro: • Apresentação, por parte dos Consultores, dos objetivos da consulta pública; apresentação genérica do Projeto e das suas componentes; financiamento; objetivos de desenvolvimento preconizados; justificação da necessidade de envolvimento dos parceiros na implementação do projeto. • Informações globais referentes aos requisitos ambientais e sociais a nível da legislação nacional e normas do Banco Mundial, particularmente em matéria de consulta pública e do reassentamento físico e económico. Implementação de um Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR). Enquadramento da CMRG no processo de preparação e implementação do Projeto. • Disponibilidade total da CMRG para participar em todos os assuntos deste Projeto bem como em todos os projetos de desenvolvimento relacionados com as suas atribuições e competências. • A CMRG apresentou um conjunto de informações técnicas referentes à estrada a construir, que comporta 2 troços: ○ Troço inicial, com cerca de 1,7 km, desenvolve-se na margem esquerda da ribeira, acompanhando o leito da ribeira. O projeto técnico deste troço já existe e foi elaborado pela CMRG; ○ Troço final, com cerca de 1,8 km, desenvolve-se também na margem esquerda do vale, em meia encosta, ganhando altitude. Falta elaborar o projeto técnico. • Sobre a experiência da instituição na implementação dos projetos previstos para o concelho no âmbito do PRRA, a CMRG informou que foi uma experiência muito positiva: ○ Os projetos implementados referem-se reabilitação habitacional e requalificação urbana (Cidade de Ponta do Sol e Vila de Cruzinha da Garça), que apresentavam maiores carências; ○ Os projetos foram executados através de contratos-programa assinados entre o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) e a CMRG;

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
		○ Houve uma participação efetiva da CMRG em todas as fases do projeto: conceção, elaboração dos projetos de financiamento, elaboração dos projetos técnicos, <i>procurement</i> e fiscalização; ○ O projeto permitiu a dinamização do empresariado local criando emprego e dinamização da economia local; ○ Houve uma perfeita sintonia entre a CMRG e os responsáveis do Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH); ○ Os principais constrangimentos referiram-se à situação de pandemia e consequentes atrasos na execução das obras. • A CMRG prestou ainda as seguintes informações pertinentes: ○ Forte expectativa das comunidades do Vale de Ribeira de Caibros; ○ Urgência na implementação do projeto: todos os anos a localidade fica completamente isolada, durante um período de cerca de 3 meses; ○ Importância dos encontros programados, junto das comunidades locais; ○ Criação de emprego, mesmo que temporário. • No final do encontro, a CMRG apresentou as seguintes recomendações pertinentes para o projeto: ○ A estrada constitui uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento das localidades servidas do Vale de Caibros, cuja principal atividade económica é a agricultura de regadio. Evitar no máximo possível a afetação de propriedades agrícolas corte de árvores e afetação de casas. Privilegiar a utilização do traçado existente. ○ Evitar no máximo possível a afetação do leito da ribeira com materiais provenientes de escavações, principalmente no segundo troço. ○ Necessidades de salvaguarda de propriedades agrícolas, infraestruturas de captação, adução e rega, bem como infraestruturas de distribuição de água potável e eletricidade e telecomunicações; ○ Privilegiar o emprego de mulheres e em particular as mulheres chefes de família
19/07/23	CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTO ANTÃO Estrada de Caibros	Resume-se da seguinte forma as principais preocupações apresentadas: • Necessidade de defesa de propriedades agrícolas, e infraestruturas de rega (furos, depósitos, canais e tubos de rega); • Necessidade de criação de postos de trabalho. As pessoas contactadas estão de acordo com o traçado proposto, que basicamente irá seguir o traçado existente por se tratar de uma reabilitação. Foram prestados os esclarecimentos necessários, designadamente os pressupostos técnicos da elaboração de uma infraestrutura rodoviária em como os pressupostos de salvaguarda ambiental e social. Foi explicado aos presentes que se trata efetivamente da reabilitação e melhoria de uma via existente e que a diretriz, ressaltando-se a correção de alguns troços, por princípio seguirá o traçado da via existente, exatamente por razões económicas e de salvaguarda ambiental.

Data	Instituição/ Comunidade	Assuntos tratados/Resultados dos encontros
4/08/23	Direção Nacional do Ambiente (DNA)	Registaram-se os seguintes resultados/informações do encontro: • A DNA informou que infelizmente não teve qualquer contacto com o PRRA por parte das entidades responsáveis, apesar da importância e envergadura do projeto e dos dispositivos legais em vigor. • A DNA aproveitou a oportunidade para realçar o seu apreço por esta iniciativa de engajamento dessa instituição no processo de preparação em implementação do projeto e ao mesmo tempo manifestou a sua total disponibilidade. • A DNA informou ainda que tem havido articulações com a UGPE, relativamente a projetos sob a responsabilidade desse órgão, designadamente sobre projetos financiados pelo Banco Mundial, referindo-se ao protocolo de entendimento entre as partes, em preparação. • A equipa realçou a oportunidade e a importância do referido protocolo, para ambas as partes, tendo obtido o reforço do engajamento e a disponibilidade da DNA para a sua finalização e assinatura. • Relativamente à implementação do MGR, a DNA manifestou a disponibilidade para o acompanhamento de integração dos Comitês de Gestão de Reclamações, quer a nível local como a nível central.
4/08/23	Inspeção-Geral do Trabalho	Registaram-se os seguintes resultados/informações do encontro: • Falta de informação/sensibilização das instituições, do sector privado e da população em geral sobre a legislação em vigor e sobre os direitos e deveres dos trabalhadores; • Sobre a implementação do PRRA, a IGT informou que teve conhecimento através do ICV, infelizmente na decorrência de um acidente de trabalho grave, embora não se tratasse de um dos projetos do PRRA. Informou ainda que na sequência foram desenvolvidas ações estreitas de colaboração, tendo obtido a abertura total da ICV, culminando com a assinatura de um protocolo de entendimento entre as partes, cuja implementação tem sido exemplar, particularmente em matéria do cumprimento da legislação laboral em vigor e em matéria de higiene, saúde e segurança no trabalho bem como ações de formação. • A respeito do protocolo, foi informado ao IGT que a equipa vinha exatamente com o objetivo de propor à IGT a assinatura de um protocolo em termos semelhantes, face à natureza, dimensão e abrangência territorial do projeto. Por sua vez o IGT manifestou a inteira disposição da instituição para o efeito, sugerindo um contacto com o ICV sobre a experiência de implementação do referido protocolo. • Sobre o assédio e abuso sexual, no setor público e no setor privado, o IGT informou sobre a experiência da instituição, indicando como um dos principais constrangimentos a relutância dos denunciantes em se identificarem, devido ao receio de posteriores represálias. O IGT informou ainda sobre que a instituição dispõe de uma linha verde (8002727) para registo de denúncias. • A respeito dos meios e capacidade técnica instalada para o exercício das suas atribuições e competências, o IGT informou que a instituição dispõe no seu quadro 15 inspetores que dão cobertura ao território nacional designadamente em Santiago (9 inspetores, 1 homem e 8 mulheres), São Vicente (5 inspetores, 4 homens e 1 mulher) e Sal (5 inspetores, 4 homens e 1 mulher).